UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

ANGELO ANTONIO DAVIS DE OLIVEIRA NUNES E RODRIGUES

O estudo do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Maria Procópio de Araújo

RIBEIRÃO PRETO
2011

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dra. Adriana Maria Procópio de Araújo
Chefe do Departamento de Contabilidade

ANGELO ANTONIO DAVIS DE OLIVEIRA NUNES E RODRIGUES

O estudo do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Maria Procópio de Araújo

RIBEIRÃO PRETO

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

RODRIGUES, Angelo Antonio Davis de Oliveira Nunes e

O estudo do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil.
Ribeirão Preto, 2011.

108 p.: il.; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Maria Procópio de Araújo

1. Ensino da Contabilidade 2. Currículo Internacional. 3. Governança Corporativa.
4. Conteúdo Programático.

FICHA DE APROVAÇÃO

Nome: RODRIGUES, Angelo Antonio Davis de Oliveira Nunes e

Título: O estudo do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof (a) . Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof (a). Dr (a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a Deus, que me permite trabalhar na realização dos meus sonhos, aos meus mestres, por me guiarem por meio do conhecimento em um caminho de luz, e à minha família, em especial aos meus pais, Antonio e Eloina, aos meus tios Gel e Lincon (*in memorian*), aos meus avós (*in memorian*) e à minha irmã, Silvia.

Agradecimentos

À sociedade paulista, que por meio do custeio à Universidade de São Paulo apoia a pesquisa no Brasil, em especial os estudos relacionados ao desenvolvimento da contabilidade e, respectivamente, à qualidade da formação desses profissionais.

À Fundação para o Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE) pelo apoio financeiro durante o primeiro ano do curso em forma de bolsa de pesquisa.

Aos professores Dr. Vinicius A. Martins, exemplo de como um professor deve conduzir suas aulas, Dr. Carlos R. Godoy, pelo apoio constante, Dra. Rosana C. M. G. Gonçalves, pelo ensino e rigor com as técnicas de pesquisa qualitativa nas ciências sociais aplicadas e Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto, por apresentar de forma envolvente as teorias relacionadas à firma.

À Profa. Dra. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira e ao Prof. Dr. Edson Luiz Riccio, pela participação na banca de qualificação, sugestões e ensinamentos.

Aos funcionários da FEA-RP, em especial aos da equipe de pós-graduação – Erika e Vânia – e aos do departamento de contabilidade – Rose e Isabel –, pela constante ajuda durante o curso e durante o tempo em que fui membro da Comissão do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade.

Aos meus amigos Lumila, Pimenta e Luciana, pela ajuda e apoio durante o curso.

Em especial, à Professora. Dra. Adriana Maria Procópio de Araujo, minha orientadora e exemplo, pelo incentivo, apoio e sugestões.

Ao meu Divino Espírito Santo, pela proteção constante, mesmo nos dias em que fui dormir às 3h, por ficar estudando, e acordei às 5h para ir à aula.

A todos que participaram dessa pesquisa, meu ‘muito obrigado’!!!

Outono de 2011

“Adeus, meu canto! É a hora da partida...

O oceano do povo s'encapela.

Filho da tempestade, irmão do raio,

Lança teu grito ao vento da procela”

Castro Alves

RESUMO

RODRIGUES, A. A. D. O. N. **O estudo do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

Nessa pesquisa foi analisado o oferecimento do conteúdo de Governança Corporativa nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil no âmbito das modificações propostas pelo ajustamento do MEC ao relatório da Unesco sobre a educação. Essa adequação levou em consideração a aderência ao currículo da Unctad para descrever os tópicos lecionados no país, e assim analisá-los. A observação desse tema ocorreu por meio de um questionário com respostas na escala de *Likert*, em uma amostra de 46 professores que ministram disciplinas correlatas a esse conteúdo, com nível de significância de 95%, erro de 2% e *Alfa de Cronbach* de 0,9. Os dados obtidos evidenciam que 2,79% das IES possuem uma disciplina específica, e em geral esse conteúdo está sendo ofertado em instituições particulares, cujos responsáveis são contadores que possuem o título de mestre, mas que em sua maioria não possuem publicação científica no tema. O grupamento de conteúdo relativo à Empresa possui a abordagem próxima ao currículo mundial, sendo que a profundidade diminui em relação ao conflito de agência e aos mecanismos de governança. A análise fatorial possuiu poder de explicação de 83,8% e foi capaz de explicar o conteúdo lecionado na graduação por meio dos conflitos de agência envolvidos na delegação de poder pelo proprietário-acionista, os seus custos, os dois objetivos aos quais as empresas podem escolher, por meio de um mecanismo ligado ao monitoramento e o outro à aquisição do controle. Os resultados desse estudo demonstram que o conteúdo de Governança Corporativa ensinado por essa amostra pesquisada não está aderente ao currículo proposto internacionalmente.

Palavras – Chave: Ensino da contabilidade. Currículo internacional. Governança Corporativa. Conteúdo programático.

ABSTRACT

RODRIGUES, A. A. D. O. N. **The study of the contents of corporate governance in accounting education in Brazil.** 2011. 108 f. Dissertation (Master) – School of Economics, Business Administration and Accountancy of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

In this study we examined the offer of the content of Corporate Governance in Accounting courses in Brazil under the proposed changes by adjusting the MEC to the UNESCO report on education. This adjustment took into account the adherence to the curriculum of UNCTAD to describe the topics taught in the country, and so analyze them. The observation of this issue was through a questionnaire with responses to the scale in a sample of 46 teachers who teach subjects related to that content, with a significance level of 95%, 2% error and Cronbach's alpha of 0, 9. The data show that 2.79% of IES have a specific discipline, and often that content is being offered at private institutions, whose teachers are accountants who possess a master's degree, but most of them have no scientific publication on the topic. The grouping of content on the Company has the approach to the curriculum next world, and the depth decreases relative to the agency conflict and governance mechanisms. Factor analysis possessed explanatory power of 83.8% and was able to explain the content taught in undergraduate courses through the agency conflicts involved in the delegation of power by the owner-shareholder, its costs, the two goals to which companies can choose, through a mechanism linked to other monitoring and the acquisition of control. The results of this study demonstrate that the contents of the Corporate Governance taught by this sample surveyed aren't adhering to the proposed curriculum internationally.

Keywords: Teaching accounting. International curriculum. Corporate Governance. Syllabuses.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Blocos de conhecimentos definidos pela Unctad.....	50
Tabela 2	As disciplinas e o conteúdo ementário de Governança Corporativa.....	52
Tabela 3	População de IES que podem oferecer o curso de Ciências Contábeis no Brasil.....	59
Tabela 4	Dados utilizados para construção da amostra.....	60
Tabela 5	Perfil das IES abordadas.....	61
Tabela 6	Quantidade de respostas por tentativa de abordagem.....	62
Tabela 7	IES que participaram do pré-teste.....	64
Tabela 8	IES participantes da amostra.....	68
Tabela 9	<i>Alfa de Cronbach</i> com a retirada de questões.....	74
Tabela 10	Matriz de correlação.....	75
Tabela 11	Matriz de covariância.....	76
Tabela 12	Porcentagem de respostas relativas à empresa e ao conflito de agência.	77
Tabela 13	Porcentagem de respostas relativas aos mecanismos de governança.....	78
Tabela 14	Teste de normalidade.....	84
Tabela 15	Matriz de correlação anti-imagem.....	85
Tabela 16	Comunalidades.....	86
Tabela 17	Matriz de correlação anti-imagem para a segunda análise.....	87
Tabela 18	Comunalidades para a segunda análise fatorial.....	87
Tabela 19	Matriz de correlação anti-imagem para a terceira análise.....	88
Tabela 20	Comunalidades para a terceira análise fatorial.....	89
Tabela 21	Variância explicada.....	89
Tabela 22	Composição dos fatores.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Comparação das abordagens.....	35
Quadro 2	Classificação das variáveis da segunda parte do questionário.....	56
Quadro 3	Classificação das variáveis da terceira parte do questionário.....	57
Quadro 4	Etapas do pré-teste.....	65
Quadro 5	Participação de contadores.....	71
Quadro 6	<i>Alfa de Cronbach</i>	73
Quadro 7	Testes de adequação da primeira análise fatorial.....	85
Quadro 8	Testes de adequação da segunda análise fatorial.....	87
Quadro 9	Testes de adequação da terceira análise fatorial.....	88
Quadro 10	IES abordadas do Norte e do Nordeste.....	106
Quadro 11	IES abordadas do Sudeste.....	107
Quadro 12	IES abordadas do Centro-Oeste e do Sul.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População de IES por região.....	58
Gráfico 2	Amostra por região.....	67
Gráfico 3	Oferecimento de disciplina específica de Governança Corporativa.....	70
Gráfico 4	Tipo de IES na amostra.....	70
Gráfico 5	Titulação dos respondentes por região.....	72
Gráfico 6	Publicação científica com tema em Governança Corporativa.....	73
Gráfico 7	Respostas médias referentes à empresa e ao conflito de agência.....	78
Gráfico 8	Distribuição de respostas pelas questões sobre os mecanismos de governança.....	79
Gráfico 9	Média das respostas.....	79
Gráfico 10	Efeito região.....	80
Gráfico 11	Efeito tipo de IES.....	81
Gráfico 12	Efeito disciplina exclusiva.....	81
Gráfico 13	Efeito profissão.....	82
Gráfico 14	Efeito titulação.....	82
Gráfico 15	Efeito publicação.....	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desenho de pesquisa.....	23
Figura 2	Esquema de indução das formas de governança.....	27
Figura 3	Possível impacto da Governança Corporativa sobre a empresa.....	37
Figura 4	Círculo virtuoso proposto para a Governança Corporativa no Brasil.....	37
Figura 5	<i>Trade-off</i> entre lucro e participação de mercado.....	39
Figura 6	O problema de agência dos gestores e a Governança Corporativa.....	42
Figura 7	Ambiente e processo de decisão.....	43
Figura 8	Sistema de Governança Corporativa.....	45
Figura 9	Efeitos entrincheiramento e alinhamento no grau de concentração acionária.	47

LISTA DE SÍMBOLOS

A	<i>Alfa de Cronbach</i>
κ	Número de variáveis consideradas
k_e	Custo de capital próprio
K_i	Custo de capital de terceiros
M	Tamanho da amostra
N	Tamanho da população
Z	Abcissa normal padrão
p	Estimativa de proporção
q	$1 - p$
D	Erro amostral

LISTA DE ABREVIACÕES

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EAD	Ensino a distância
ECT	Economia dos Custos de Transação
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FCLE_t	Fluxo de Caixa Livre da Empresa
FUNDACE	Fundação para o Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAC	Federação Internacional dos Contadores
KMO	<i>Kaiser-Meyer-Olkin test</i>
MEC	Ministério da Educação
NEI	Nova Economia Institucional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TMA	Taxa Mínima de Atratividade
Unctad	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Comércio
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WACC	Custo Médio Ponderado de Capital

SUMÁRIO

	Resumo.....	vii
	Abstract.....	viii
	Lista de tabelas.....	ix
	Lista de quadros.....	x
	Lista de gráficos.....	xi
	Lista de figuras.....	xii
	Lista de símbolos.....	xiii
	Lista de abreviações.....	xiv
1	Introdução.....	17
1.1	Problema.....	20
1.2	Proposições de pesquisa.....	20
1.3	Objetivo.....	21
1.4	Justificativa.....	21
1.5	Estrutura de pesquisa.....	22
2	Embasamento teórico.....	25
2.1	Teoria da Firma.....	25
2.1.1	Economia dos Custos de Transação.....	27
2.1.2	Teoria da Agência.....	30
2.1.3	<i>Stewardship</i>	33
2.1.4	Relação entre as teorias.....	34
2.2	Governança Corporativa.....	35
2.2.1	Objetivo da empresa.....	38
2.2.1.1	Teoria da maximização da riqueza dos acionistas – <i>Shareholder</i>	39
2.2.1.2	Teoria dos interesses dos públicos afetados pela companhia – <i>Stakeholder</i>	40
2.2.2	Mecanismos de Governança Corporativa.....	41
2.2.2.1	Conselho de administração.....	43
2.2.2.2	Conselho fiscal.....	44
2.2.2.3	Estrutura de propriedade.....	46

2.2.2.4	Sistema de remuneração.....	47
2.2.2.5	Mecanismos externos.....	48
2.3	A Unctad, a contabilidade e a Governança Corporativa.....	49
2.3.1	O Currículo mundial e o conteúdo de Governança Corporativa.....	49
3	Metodologia.....	55
3.2	O Instrumento de pesquisa.....	55
3.3	População e amostra.....	58
3.4	Coleta dos dados.....	61
3.5	Validação e confiabilidade.....	62
3.6	Análise fatorial.....	63
3.7	Pré-teste do instrumento de pesquisa.....	64
3.8	Limitações de pesquisa.....	65
4	Análise dos resultados.....	67
4.1	Caracterização.....	69
4.1.1	Aspectos relacionados ao curso e às IES.....	69
4.1.2	Aspectos relacionados ao professor.....	71
4.2	Confiabilidade da pesquisa.....	73
4.3	Estatística descritiva.....	76
4.3.1	Estudo das variáveis de caracterização no ensino da governança.....	80
4.4	Análise fatorial.....	83
4.4.1	Primeira análise fatorial.....	84
4.4.2	Segunda análise fatorial.....	86
4.4.3	Terceira análise fatorial.....	88
5	Considerações Finais.....	92
	Referências.....	95
	APÊNDICE A – Email Convite.....	102
	APÊNDICE B – Instrumento de Pesquisa.....	103
	APÊNDICE C – Lista de IES Abordadas.....	106

1 Introdução

A educação possui uma importante função, que é possibilitar à humanidade planejar seus próprios horizontes por meio do conhecimento, permitindo a construção de uma sociedade com desenvolvimento, oportunidades e respeito às pessoas e ao meio ambiente. O conhecimento deve possibilitar escolhas a cada um, contribuindo para a melhora da comunidade e para o progresso do país.

Essa dinâmica deve ser enquadrada dentro da perspectiva de que o conhecimento possa ser além de um elemento, uma das finalidades do desenvolvimento das pessoas e das sociedades (DELORS, 1998).

O processo de aprendizagem e a evolução das pessoas e das sociedades ocorrem em um ambiente de economias interligadas, com movimento de capitais e ideias, que são transmitidos com rapidez de um lugar para outro. O futuro destas sociedades depende da capacidade de sua população de adquirir conhecimentos e de transformá-los em inovações geradoras de novas empresas e de empregos, e esse progresso econômico passa pelos cursos universitários e por seus currículos (DELORS, 1998; ALTBACH; TEICHER, 2001).

Nesse cenário, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) realizou um estudo que resultou em um relatório com instruções para o sistema educacional de diversos países, que respeita a cultura local e permite a adaptação ao panorama internacional; nesse contexto, o ensino superior é um dos propulsores do desenvolvimento econômico, pois transmite o conhecimento existente e trabalha para a descoberta de novos.

O relatório Delors (1998) repercutiu no ambiente institucional universitário do país, que passou por uma transformação no período recente, pois o Ministério da Educação (MEC) abdicou do sistema de currículos nacionais mínimos, abrindo a oportunidade para que as instituições de ensino superior dialogassem com a sociedade científica, com os órgãos de classe e com outras entidades interessadas na procura de uma diretriz curricular nacional.

O novo arcabouço passou a ser uma referência aos programas de formação superior, buscando um perfil do formando que reflita as mudanças sociais “e com [...] suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes” (BRASIL, 2004, p.4).

A nova abordagem, aliada às resoluções e aos pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), abriu a possibilidade de modificações nos currículos dos cursos

de contabilidade via orientação internacional ou adequação às transformações ocorridas no país.

O processo de influência internacional é permitido e previsto pelo CNE (2005) de forma direta pela resolução 10, que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Ciências Contábeis, mas também pode acontecer no âmbito indireto, pelos mecanismos da globalização.

A globalização pode ser explicada como uma relação de poder, ocorrendo a imposição das ideias e ideais das sociedades desenvolvidas às frágeis, sendo inevitável esse fluxo, devido aos avanços da comunicação e da tecnologia, e essas tendências são notadas mesmo em sociedades fechadas, como a cubana, a chinesa e a vietnamita (MACCABE, 2001).

Esse processo permitiu a ligação em diferentes amplitudes das economias de diversos países. Na área financeira, envolveu a tecnologia da informação, o mercado de capitais e, em certa medida, a diminuição das barreiras alfandegárias. Na área do ensino contábil, ocorreu o impacto do código de Governança Corporativa editado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1999, as fraudes contábeis de grandes empresas e a lei *Sarbanes-Oxley* nos Estados Unidos, entre outros.

A globalização e a internacionalização algumas vezes são utilizadas como sinônimos, mas possuem significados diferentes quando relacionados à educação, sendo a internacionalização o processo do aumento das atividades promovidas por instituições de outros países em algumas áreas escolhidas e não impostas, em que um dos objetivos é preparar o futuro profissional para viver em um mundo interligado (MACCABE, 2001; MIURA, 2006).

A influência do processo de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) é antiga, pois essas organizações funcionavam como centro formador de conhecimento, que era transmitido aos seus alunos nos *campi* da Europa e depois retransmitidos nos seus locais de origem.

Atualmente, o processo está relacionado ao mercado e à sociedade, que requerem maior qualificação do contador. Por isso, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Comércio (Unctad), realizou esforços para estabelecer um parâmetro para auxiliar na harmonização da qualidade desse profissional e ajudá-lo em suas funções globais, a fim de promover um benefício para toda a comunidade internacional.

Portanto, um currículo mundial para o curso de Ciências Contábeis foi desenvolvido por meio de um grupo com diversas entidades relacionadas à contabilidade e com

experiências em normas e relatórios contábeis internacionais, e o seu objetivo é fortalecer a profissão contábil em todo o mundo, a fim de criar uma profissão capaz de oferecer seus serviços por meio das fronteiras (Unctad, 1998).

A elaboração desse material aconteceu dentro de um sistema que visa o conhecimento e as habilidades gerais da profissão com um currículo de graduação detalhado, exames profissionais, experiência prática, educação continuada e um sistema de certificação (Unctad, 1998).

O currículo global para o curso de Ciências Contábeis foi baseado nas propostas da Federação Internacional dos Contadores (IFAC), devendo ser um ponto de partida para um país que deseje tornar o seu sistema de qualificação consonante com as exigências mundiais (Unctad, 1998).

O modelo foi desenvolvido para proporcionar uma direção à comunidade internacional, e possui a descrição das áreas técnicas que um aluno deve dominar para se tornar um contador profissional (Unctad, 1999).

Esse currículo foi estudado por Riccio e Sakata (2004), que o dividiram em quatro áreas; são elas: (i) Conhecimento Administrativo e Organizacional, (ii) Tecnologia da Informação, (iii) Contabilidade, Finanças e o Conhecimento Relacionado e (iv) Conhecimento Geral, que não se encontra no modelo da Unctad.

Em ambos os documentos, o conteúdo de Governança Corporativa encontra-se dentro de duas áreas: Conhecimentos Administrativos e Organizacionais (i), e Contabilidade, Finanças e Conhecimento Relacionado (iii). Na primeira área encontra-se a matéria de Políticas Gerais Administrativas e Estruturas Organizacionais Básicas, cujo objetivo é apresentar os principais conceitos sobre os tipos de organizações e seu funcionamento no contexto de negócios, e a terceira encontra-se no módulo de Contabilidade, Finanças e Conhecimento Relacionados, nas ementas de três disciplinas: Fundamentos de Segurança e Auditoria, Conhecimento Integrado e Segurança e Auditoria Avançada (Unctad, 2003).

O conteúdo desse documento está dentro do processo de busca por um parâmetro de qualidade para a profissão do contador; entretanto, o programa para orientação de um currículo internacional para o curso de contabilidade proposto pela Unctad é caracterizado pela escolha da participação dos envolvidos, e não por uma obrigação, pois essa entidade não possui poder de imposição aos países, restando a esses entenderem a necessidade de harmonizar o seu ensino contábil ao parâmetro internacional para que a informação contábil produzida nesses respectivos mercados funcione como um artefato de controle da sociedade.

O somatório dos fatores externos estimula a mudança no ambiente institucional

interno, que produziu uma nova legislação e permitiu o oferecimento de conteúdo de governança aos alunos da graduação em Ciências Contábeis, fato que foi reforçado pela sugestão de oferecimento dessa disciplina pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) em 2009.

No Brasil, o oferecimento desse conhecimento é importante devido à fragilidade das práticas de Governança Corporativa adotadas no país, cujo impulso para a adoção veio com o programa de privatização ocorrido na década 1990, o qual, para possibilitar maior preço de venda a algumas empresas públicas, retirou alguns direitos dos acionistas não controladores.

Nesse mesmo cenário já existia o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que em 1999 lançou seu código com boas práticas, que aliado ao ativismo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao papel dos fundos de pensão e investimentos, possibilitou a criação dos novos segmentos de listagem na bolsa de valores.

Essas novas divisões trouxeram uma série de mecanismos de Governança Corporativa que seriam obrigatórios às empresas que optassem a estas listagens. Após 2002, ocorreu uma forte onda migratória das companhias listadas para os novos níveis de Governança Corporativa.

A junção dessas três fontes de transformação, (i) a globalização, a (ii) internacionalização e a (iii) mudança no ambiente institucional, levaram as instituições de ensino superior ao oferecimento de conteúdo de governança aos alunos da graduação em Ciências Contábeis.

1.1 Problema

Diante dos apontamentos sobre o processo de adaptação no currículo do curso de contabilidade no Brasil, *ceteris paribus*, **o conteúdo de Governança Corporativa ensinado na graduação pelos cursos de Ciências Contábeis é aderente ao proposto pela Unctad?**

1.2 Proposições de pesquisa

As recentes transformações no ensino superior e no ensino da contabilidade no país

abriram a possibilidade para a transformação do currículo do curso, com novas técnicas, ferramentas e conhecimentos, dentre eles a Governança Corporativa; assim, as proposições gerais que orientam o trabalho são:

P₀: As instituições de ensino superior no Brasil que estão habilitadas a oferecerem o curso de Ciências Contábeis não abordam o conteúdo de Governança Corporativa;

P₁: As instituições de ensino superior no Brasil que estão habilitadas a oferecerem o curso de Ciências Contábeis abordam o conteúdo de Governança Corporativa, mas esse não está aderente ao currículo da Unctad;

P₂: As instituições de ensino superior no Brasil que estão habilitadas a oferecerem o curso de Ciências Contábeis abordam o conteúdo de Governança Corporativa e esse está aderente ao currículo da Unctad.

1.3 Objetivo

Em observância à importância do curso de Ciências Contábeis no país, que segundo o MEC (2010) é oferecido por 1182 IES, e à formação do contador, que desempenha função central nas organizações, o objetivo geral do trabalho é estudar a aderência do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no país ao programa proposto pela Unctad.

Em consonância com os motivos citados e com a busca por um programa de ensino que possa influenciar positivamente a formação do contador, para esse influenciar a realidade em escala supranacional, esse objetivo foi detalhado especificamente em:

1. Contexto da abordagem da Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil.
2. Descrição desse conteúdo ensinado nos cursos de graduação.
3. Análise dos tópicos abordados.

1.4 Justificativa

A contabilidade se desenvolve para oferecer solução relativa à informação financeira aos usuários internos e externos à entidade. Essas informações serão utilizadas em diferentes

contextos, dependendo do tipo de usuário e de sua necessidade para decisão.

As entidades podem ser compreendidas como equipes produtivas que objetivam o ganho de produtividade baseado na cooperação, e estão constituídas por contratos que devem conter as obrigações e os direitos dos envolvidos (ALCHIAN; DEMSETZ, 1972).

A governança busca alinhar os interesses dos envolvidos com as entidades por meio de mecanismos que impeçam a expropriação, diminuindo os custos de agência e de transação, e apoiem a continuidade do negócio. Nesse contexto, a função da contabilidade está relacionada à mensuração dos contratos, à geração de informações sobre essas relações para o apoio à tomada de decisão, e ao controle sobre os negócios pela sociedade.

Nesse âmbito, a contabilidade desempenha suas funções por meio dos mecanismos, que utilizam as práticas contábeis para alinhar os interesses dos envolvidos com a organização. Dentre esses mecanismos pode-se citar: a política salarial dos executivos, o conselho fiscal, a divulgação dos relatórios contábeis ao público externo e o papel da auditoria nesse sistema.

Ao observar esse contexto e estudar a aderência do conteúdo de Governança Corporativa no ensino da contabilidade no país ao currículo proposto pela Unctad, o estudo possibilitará o alinhamento dos programas de ensino oferecidos, cuja premissa é criar um diferencial de qualidade aos alunos, aumentando a qualidade dos futuros contadores e melhorando seu desempenho nas organizações. Assim, esse profissional estará preparado para entender a dinâmica de funcionamento da estrutura organizacional de uma entidade e poderá oferecer soluções que impactam o seu funcionamento, com reflexos na economia local e, em certa escala, na global, por meio da contabilidade como artefato de controle.

1.5 Estrutura de pesquisa

O trabalho está dividido em cinco partes: o Capítulo 1 é a introdução e expõe o contexto do ensino superior de contabilidade no Brasil e os movimentos que levaram às mudanças no currículo do curso de Ciências Contábeis. O Capítulo 2 apresenta o embasamento teórico com a Teoria Contratual da Firma, a Teoria da Agência, a *Stewardship* e a Governança Corporativa; o objetivo da empresa; e os mecanismos internos e externos para o alinhamento do interesse dos envolvidos na empresa e para diminuição dos custos de transação. O Capítulo 3 explana a metodologia utilizada nessa pesquisa, sua classificação,

população e amostra, coleta de dados, análise fatorial, instrumento de pesquisa e pré-teste. O Capítulo 4 trata da análise e interpretação dos resultados, e o Capítulo 5 aborda as considerações finais, seguido pelas referências citadas, pelo instrumento de coleta de dados e pelas informações das IES abordadas por meio de convite à participação na pesquisa.

Assim, segue o desenho da pesquisa:

Figura 1 – Desenho de Pesquisa
Fonte: Elaborado pelo autor

O processo de pesquisa foi desenhado para a busca dos objetivos e da resposta ao problema. A primeira etapa foi à busca do referencial teórico em periódicos de ensino

contábil, contabilidade e afins. A segunda é relativa aos aspectos metodológicos: verificação da população, definição da amostra, definição das variáveis e o pré-teste do instrumento de pesquisa. Na sequência são realizados os procedimentos estatísticos e a conclusão do estudo.

2. Embasamento Teórico

Este capítulo aborda a fundamentação teórica que permite explicar o conteúdo programático de Governança Corporativa contido nas ementas do currículo mundial proposto pela Unctad para o curso de Ciências Contábeis.

A fundamentação teórica desse conteúdo está desenvolvida para explicar o funcionamento da firma, o comportamento dos seus envolvidos, o seu objetivo e os mecanismos de governança utilizados para controlar e diminuir os custos de agência e de transação, por meio do alinhamento dos interesses envolvidos com a organização.

2.1 Teoria da firma

O desenvolvimento da sociedade possibilitou o trabalho em equipe, e o sistema capitalista, para o qual a propriedade privada é um centro de interesse, permitiu a formação de equipes produtivas em busca de ganho de produtividade baseado na cooperação.

A escolha de organizar o processo produtivo na forma de uma empresa representa uma decisão que pode ser baseada na informação oriunda do mercado. A ideia de firma era caracterizada pelo ideal de mercado, como entidades que objetivam maximizar seus lucros e com alicerce no comportamento de seu proprietário, mas a habilidade de processar informação desse proprietário-gestor é limitada, e os outros participantes da empresa são excluídos desse modelo (CYERT; HENDRICK, 1972).

A imperfeição na informação ou na sua distribuição pelo mercado provoca deficiência nesse modelo de firma, necessitando que a empresa busque por melhores critérios para aplicar seus recursos na melhor alternativa produtiva.

Os economistas clássicos acreditavam que o sistema econômico era coordenado pelos mecanismos de preço e pela sociedade, que direcionava os seus recursos. Nesse ambiente, é sugerido que a alocação dos fatores de produção em diferentes usos seja determinada por esse sistema.

Contudo, não ocorreria a necessidade de existir a empresa se tudo fosse controlado pelos mecanismos de preço. Assim, fora da firma, essas estruturas orientam a produção com a ajuda das transações de troca no mercado; dentro da organização o mercado é eliminado e em

seu lugar funciona uma complexa disposição, cujo empreendedor (autoridade) é quem direciona os fatores de produção (COASE, 1937).

O motivo da não utilização do mecanismo de preço dentro da organização é que há custos em utilizá-lo, e a primeira dificuldade está em descobrir os preços relevantes para cada organização, e os outros custos são ligados à formulação dos contratos de cada transação (COASE, 1937).

A organização da produção na forma de empresa não elimina totalmente os custos de transação, pois a agregação de atividades na firma está relacionada à tendência de maiores erros de alocação de fatores de produção, causando retornos decrescentes.

Para Coase (1937), os gestores têm maiores possibilidades de erro na alocação dos fatores quando um número crescente de atividades ou responsabilidades é colocado sob seu comando, mas existe outro motivo para a continuidade dos custos de transações na entidade, pois alguns itens de produção podem ter seu preço de oferta elevado pelo crescimento da firma.

A existência da empresa também está relacionada ao preço dos produtos fabricados, à não produção destes pelos concorrentes, e aos custos em negociar nos mercados, que podem ser evitados ou reduzidos organizando-se a produção de um determinado bem ou serviço por meio de relações de autoridade ou sob o comando de um coordenador que direcione a alocação dos recursos.

A origem da firma pode estar relacionada ao crescimento econômico e à complexidade da divisão do trabalho, mas a determinação do tamanho ótimo dessa organização está ligada à sua eficiência, que é limitada pelo ambiente de concorrência perfeita, no qual o valor da produção ainda é atraente. “Para se determinar o tamanho da firma devem ser considerados os custos para utilização dos mecanismos de preço e os custos para organizar diferentes produtores e os itens produzidos” (COASE, 1937, p. 403, tradução nossa).

Essa equipe de produção pode utilizar vários tipos de recursos, cujo produto não é a soma dos resultados esperados de cada parte utilizada e que não pertence a uma pessoa (ALCHIAN; DEMSETZ, 1972).

Nessas equipes produtivas não é fácil reconhecer o esforço de cada parte, devido às possíveis fugas de produtividade que podem ocorrer na soma da produção coletiva, surgindo a necessidade de monitoramento para verificação do desempenho. Esse monitoramento é um conjunto de processos que envolvem atribuições e instruções à equipe, acompanhamento e medição da entrada de insumos, desempenho produtivo, alocação de possíveis recompensas e estimação da produção marginal (ALCHIAN; DEMSETZ, 1972).

Nesse conjunto produtivo, manter as relações perfeitas pode não ser uma tarefa simples, devendo surgir contratos que estabeleçam as regras envolvidas com essas relações.

A visão clássica dessa relação define a firma como uma reunião de direitos que envolvem um proprietário residual, que, por sua vez, observa o comportamento de entrada da produção e funciona como a parte central de todos os contratos, podendo alterá-los ou vender os seus direitos de propriedade (ALCHIAN; DEMSETZ, 1972).

O funcionamento dessa organização é explicado por Coase (1939), que argumenta que quanto mais altos os custos de transação do mercado, maior a vantagem para a existência da empresa e de suas equipes de produção (ALCHIAN; DEMSETZ, 1972).

2.1 Economia dos Custos de Transação

O estudo sobre a firma tem como base as relações que envolvem a existência da empresa e os grupos de indivíduos interessados em sua operação. Assim, a estrutura de governança deve buscar o alinhamento dos interessados na empresa e a diminuição dos custos de transação.

Nesse contexto, a Economia dos Custos de Transação (ECT) explica a organização por meio do estudo desses custos, observando como unidade de análise a transação dos direitos de propriedade, e explanando que a estrutura de governança dessa entidade é condicionada por um conjunto de três fatores que podem influenciar sua forma.

Figura 2 – Esquema de indução das formas de governança
Fonte: ZYLBERSZTAJN (1995, p. 23)

A figura 2 demonstra que os fatores que impactam a estrutura de governança são o ambiente institucional, os pressupostos comportamentais e os tipos de contratos, e estes estão relacionados às três características básicas das transações: a especificidade do ativo, a incerteza (risco) e a frequência.

A especificidade do ativo é uma característica da transação, e esse atributo o impede de ser reempregado sem que ocorra perda; portanto, sua utilização gera custos, e quanto mais específico for esse ativo, maiores os custos (WILLIAMSON, 1991).

Para Zylbertszajn (1995), o risco impacta a transação e afeta a distribuição de resíduos entre os envolvidos, mas a incerteza é um conceito que engloba o risco e possui a função de revelar “os limites da racionalidade e, portanto, evidenciar a incompletude dos contratos. Diante disso, trata-se de uma dimensão profundamente conectada ao pressuposto comportamental da racionalidade limitada” (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997, p. 92).

Para os mesmo autores, a frequência é observada pela repetição de uma transação, pois isso permite que seja possível a construção de uma estrutura de governança adequada, diminuindo a incerteza do não cumprimento do acordo.

Essas características impactam as transações estabelecidas pela empresa, e elas são regidas por contratos, que podem ser escritos ou não. Os contratos podem ser classificados em três tipos: o clássico, o neoclássico e o relacional (WILLIAMSON, 1979).

Segundo o mesmo autor, o contrato clássico propõe facilitar as trocas, presume que as identidades dos participantes de uma transação econômica sejam irrelevantes, sua natureza é delimitada, possui cláusulas que permitem o reparo, sua ênfase está na lei e sua operação é considerada autoliquidável.

Os contratos neoclássicos são executados em condições de incerteza e possuem adaptações caras, pois nem todas as contingências futuras podem ser antecipadas. As modificações necessárias podem não ser conhecidas e um contrato rígido entre as partes pode dar origem a disputas, pois o ambiente para a prática de negócios é complexo, os acordos entre as partes são incompletos e alguns contratos somente serão realizados se houver confiança entre os negociantes (WILLIAMSON, 1979).

Diante dos problemas relacionados aos contratos, três alternativas estão disponíveis: (i) abandonar o negócio, (ii) eliminar essas transações do mercado e (iii) organizá-las internamente ou em uma nova relação contratual.

Um novo sistema de contrato vai além das trocas imediatas, pois não se mantém preso ao acordo original e vai se desenvolvendo com o tempo de duração do negócio. O desejo das partes de ter um tipo comum de maximização do lucro mantém as transações no longo prazo,

mas cada uma delas deseja também a maior parte possível desse lucro, e esse comportamento poderia ser impedido por contratos eficientes; porém, esse impedimento pode gerar disputas dispendiosas, que devem ser evitadas por estruturas de governança que injetem a confiança necessária à continuidade do negócio (WILLIAMSON, 1979).

A limitação dos contratos é derivada da dificuldade de prever *ex-ante* todas as possibilidades futuras relacionadas à transação, e essas ocorrem em um ambiente institucional, que exerce influência na estrutura de governança por meio do sistema legal e de aspectos culturais (ZYLBERSZTAJN, 1995).

O terceiro grupo de fatores está relacionado aos pressupostos comportamentais do oportunismo e da racionalidade limitada, considerando que os indivíduos agem racionalmente, mas de modo restrito, pois não conseguem apresentar um comportamento sempre baseado na razão (SIMON, 1962).

A adoção do comportamento oportunista baseia-se na possibilidade de envolver-se em transações agindo de forma aética e conseguindo benefícios próprios em detrimento dos outros participantes. Esse pressuposto pode não contemplar todos os envolvidos com o negócio, pois o comportamento nas organizações não pode ser classificado exclusivamente como oportunista (SIMON, 1991).

Para a efetividade do argumento da ECT, o comportamento humano oportunista não precisa necessariamente estar presente em todos os indivíduos, nem tampouco que cada indivíduo porte-se de forma oportunista o tempo todo. Basta a possibilidade de uma ação oportunista para que se justifique a inclusão de salvaguardas contratuais a fim de amenizar eventuais danos (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997, p. 79).

Portanto, a ECT agrupa a Teoria da Agência, que descreve o comportamento do agente como oportunista e voltado ao seu próprio interesse, e a *Stewardship*, que acredita que esse gestor é voltado ao coletivo e age para conquistar os objetivos da organização. Assim, para a ECT o pressuposto comportamental baseia-se na possibilidade do desvio de conduta, e não na certeza. Por isso, a estrutura de governança da entidade procurará harmonizar os interesses antagônicos nos quais os negócios são realizados, e buscará diminuir os custos de transação.

Os pressupostos comportamentais influenciam a transação e a relação entre o agente e o principal por meio da assimetria da informação, pois pode ocorrer uma atitude oportunista se a informação sobre o negócio não for igualmente distribuída entre os envolvidos.

No contexto em que ocorre a assimetria da informação, os indivíduos podem escolher um ativo ou tomar uma decisão optando pela pior alternativa, destruindo assim valor para o mercado, pois ao se avaliar um ativo ruim ao mesmo nível de um bom, não existirá incentivo

para a qualidade (ARKELOF, 1970).

Nesse ambiente de transações que envolvem incertezas e fatores limitantes, é importante compreender o comportamento humano e sua influência na estrutura de governança da empresa, devido a seu possível impacto na eficiência dessa entidade. A compreensão desse comportamento está embasada em duas correntes teóricas distintas: a Teoria da Agência, cuja base é a economia, e a *Stewardship*, que possui seus alicerces na sociologia e na psicologia.

Esses modelos de comportamento descrevem a relação principal-agente e impactam a construção do sistema de Governança Corporativa da empresa, que deve procurar diminuir o conflito de agência entre as partes e os custos de transação.

A contabilidade está ligada a esse sistema por meio da sua função informativa, que procura mitigar a assimetria e servir de apoio à tomada de decisão, mesmo que essa decisão seja a não continuação de alguma transação ou de um negócio; portanto, o conteúdo desse tema faz parte da formação profissional do contador.

2.1.2 Teoria da Agência

As organizações são ficções legais que funcionam com o comportamento de mercado, resultante do complexo processo de relações contratuais entre os indivíduos envolvidos, as equipes produtivas e os seus respectivos objetivos. Esses contratos, que podem ser implícitos ou explícitos, direcionam a distribuição dos direitos e deveres dentro de todas as firmas, e contemplam acionistas, empregados, fornecedores, clientes, credores, e todos os interessados nessa empresa. Assim, os custos de agência e do monitoramento podem existir para todos os contratos.

Essa definição de firma observa os temas-chave e centrais em Governança Corporativa, como a definição do objetivo da organização e a pretensa responsabilidade social das empresas (SAITO; SILVEIRA, 2008).

Uma empresa que seja composta de vários indivíduos pode ter uma relação de agência na qual irá ocorrer uma delegação de poder de uma ou mais pessoas (o principal) a um gestor (agente), por meio de uma contratação empregatícia cujo objetivo é a execução de serviços que melhorem o bem-estar do principal.

A relação de agência é um dos modelos de interação social entre dois ou mais

indivíduos, e uma parte dessa literatura está relacionada ao risco moral, ao fluxo de informação, à intermediação financeira e/ou aos modelos monetários (ROSS, 1973).

Nessa relação, o principal delega seu direito de tomar decisão na organização a um agente, e combina com esse um cronograma de pagamento pelos serviços; esse agente, por sua vez, poderá escolher a decisão que tomará, mas o resultado dessa ação pode influenciar a relação (ROSS, 1973).

O pagamento do agente depende da negociação que foi estabelecida e também das decisões tomadas, devendo maximizar o resultado para o principal e também sua recompensa (ROSS, 1973).

Essa união contratual apresenta como problema a possibilidade de o agente assumir um comportamento oportunista para maximizar seu bem-estar em detrimento do principal, devendo este monitorar as atividades do agente para evitar o contexto para ações e informações ocultas. O contexto para ações ocultas ocorre quando o principal não consegue controlar todas as ações do agente, e a falha informacional ocorre no ambiente de assimetria de informação, não sendo possível determinar a qualidade da ação do agente. Por isso, a busca pela maximização da utilidade pessoal do agente é uma boa razão para se acreditar que esse não agirá sempre alinhado aos interesses do principal (SAITO; SILVEIRA, 2008).

Uma questão que envolve essa falha informacional é que a informação detida pelas partes é diferente; então, uma solução ótima depende da cooperação do agente e do principal, já que nenhuma das partes deve perder para a outra ganhar. Uma forma de resolver esse conflito ocorre se ambos tiverem a mesma reação em relação ao risco derivado da ação que poderá ser tomada; assim, o agente sempre tomará a decisão que o principal deseja, mas pode haver a dificuldade em controlar ou monitorar essas decisões (ROSS, 1973).

Os custos de agência surgem dessa relação de cooperação entre os indivíduos que fazem parte da empresa, e os custos desta foram explicados por Jensen e Meckling (1976) como a soma dos gastos com:

- (i) monitoramento por parte do principal;
- (ii) despesas com a concessão de garantias contratuais por parte dos agentes;
- (iii) custos residuais.

Os custos relacionados ao monitoramento são definidos como os gastos para evitar a ação oportunista do agente, que também deseja garantir o cumprimento das promessas do principal por meio de garantias contratuais, e os dispêndios residuais são explicados pela divergência nas decisões tomadas pelos agentes, que podem não maximizar o bem-estar

monetário do principal; assim, o equivalente monetário da redução do bem-estar também representa um custo de agência (JENSEN; MECKLING, 1976).

O conflito não ocorre somente com o principal e o agente, mas entre todos os relacionamentos, como entre acionistas e credores. Para Jensen e Meckling (1976), os acionistas podem agir em seu exclusivo interesse nessa relação e prejudicar os credores de diversas formas:

- (i) assumindo riscos elevados na aplicação de capital de terceiros;
- (ii) diminuindo o investimento com capital próprio em projetos de valor presente líquido positivo quando existe elevado endividamento;
- (iii) promovendo retiradas maciças de capital na eminência de falência.

Os custos de agência são diferentes para diferentes empresas, podendo seu montante ser dependente do monitoramento realizado, da preferência por tipos específicos de concessões aos gestores ou credores, e pela capacidade individual desses indivíduos na tomada de decisão e também nas garantias contratuais (JENSEN; MECKLING, 1976).

A redução dos problemas derivados das relações existentes entre os grupos de interessados nas organizações pode ser alcançada de forma variada, possivelmente não gratuita, e algumas vezes relacionada à contabilidade, como na melhora dos procedimentos de monitoramento, na criação de uma política de incentivo que alinhe os diversos interesses dos indivíduos, na produção de relatórios específicos, na realização de auditorias e na gestão dos riscos.

A atividade de monitoramento está relacionada à capacidade de medir o desempenho dessa administração e dos contratos, e de definir um índice de remuneração do gestor que esteja ligado ao aumento do bem-estar monetário do principal.

Nesse cenário, a função da contabilidade é trabalhar como um sistema de informação ligado à mensuração de cada contrato, avaliando o cumprimento dos direitos e deveres dos envolvidos com a organização, atribuindo segurança ao mercado e podendo até diminuir os custos de agência ligados à gestão.

Assim, com a finalidade de reduzir os custos relacionados aos contratos, a contabilidade relaciona-se com a Governança Corporativa, que por meio dos seus mecanismos pretende diminuir os custos de agência e assim contribuir para a continuidade da entidade; por isso, esse conteúdo deve fazer parte do rol de conhecimentos do profissional contábil.

2.1.3 *Stewardship*

As organizações operam em ambientes complexos e competitivos, e esses exercem influência sobre o comportamento do gestor, que pode ser explicado por duas visões: a primeira baseada na abordagem econômica, e a segunda na abordagem sociologia e psicologia. O modelo econômico descreve o homem por meio da Teoria da Agência, definindo esse como oportunista e voltado aos seus próprios interesses. A segunda abordagem o entende como coletivo, voltado à organização e como uma pessoa confiável.

A *Stewardship* reconhece que o ambiente impacta a organização, e que por isso deve existir flexibilidade na determinação da intensidade dos mecanismos de governança para que o resultado sobre o comportamento do gestor seja eficaz (CHRISTOPHER, 2010).

Essa visão possui seu desenvolvimento no final da década de 1980 e o seu objetivo é explicar a motivação e o comportamento do gestor para a convergência dos seus interesses com o negócio, quando a sua possível recompensa não é exclusivamente pecuniária.

A Teoria da Agência e a *Stewardship* possuem diferenças quanto aos aspectos psicológicos em relação à motivação do gestor, sua identificação com o negócio e à utilização do seu poder na organização. As duas teorias utilizam abordagens diferentes para explicar a motivação do agente, e a Teoria da Agência procura explicar tal motivação por fatores extrínsecos, visando alinhar o desejo deste ao principal por meio de um sistema de recompensa. Entretanto, a outra vertente trabalha com recompensas intrínsecas e ligadas a aspectos não financeiros.

A relação entre o gestor e o acionista caracteriza-se por dois diferentes comportamentos, e a identificação deles com os objetivos e metas da empresa. No primeiro cenário, o gestor assume um compromisso de valor com a organização, que o motiva nas realizações das tarefas, enquanto que na Teoria da Agência a motivação é explicada pelo sistema de recompensa (DAVIS; SCHORMAN; DONALDSON, 1997).

Essas diferenças podem ser observadas em relação ao poder detido pelos gestores, que na visão econômica é derivado do contrato estabelecido com o principal, mas na *Stewardship* é conquistado pelo envolvimento do gestor com a empresa, pois esse corresponde às demandas do ambiente (CHRISTOPHER, 2010).

O modelo sociológico-psicológico concebe o gestor como orientado de forma pró-organizacional e motivado a possuir uma conduta que seja favorável à organização, pois o seu desejo racional é a obtenção de benefícios não pecuniários por meio da continuidade da

relação com o principal (DAVIS; SCHORMAN; DONALDSON, 1997).

O gestor na posição de *trade-off*, entre as suas necessidades pessoais e os objetivos da empresa, acredita que trabalhando na direção da organização acabará conseguindo que suas necessidades pessoais não financeiras sejam atendidas.

O comportamento desse gestor está alinhado ao objetivo da organização por meio da proteção e do desenvolvimento da riqueza dessa entidade, representando um benefício para os acionistas, pois o aumento nos lucros impacta a distribuição de dividendos (DAVIS; SCHORMAN; DONALDSON, 1997).

Para os mesmos autores, a melhora no desempenho da organização satisfaz a maioria dos grupos existentes na entidade. As diversas partes envolvidas com a empresa possuem interesses bem servidos pelo aumento da riqueza da organização, mas para isso é necessário uma estrutura de governança que o atribua autoridade.

O desenho dessa estrutura de comando está relacionado à relação contratual com o gestor, às influências descritas pela ECT e, segundo Ross (1973), ao risco que o principal pretende correr, pois se esse proprietário possuir aversão a risco, adotará uma estrutura de governança para o controle dessa gestão.

2.1.4 Relação entre as teorias

O funcionamento da firma é explicado pela ECT, que está no escopo da Nova Economia Institucional (NEI) e se relaciona com a Teoria da Agência e com a *Stewardship* para explicar o comportamento do agente nesse nexo de contratos que a compõem e impactam sua estrutura de governança.

Para Williamson (1988), a Teoria da Agência e a ECT são duas teorias complementares com pontos de aproximação e de distanciamento, e essas podem ser comparadas à *Stewardship*, como demonstra o quadro 1.

Pontos / Teoria	ECT	Teoria da Agência	<i>Stewardship</i>
Unidade de análise	Transação	Indivíduo	Coordenação
Dimensão	Especificidade do Ativo	Custos de agência	Representante
Objetivo	Diminuição da Imperfeição	Perda Residual	Melhora do desempenho
Foco contratual	Impacto na estrutura de governança	Alinhamento por controle ou recompensa	Orientado ao alinhamento
Origem Teórica	NEI	NEI	Teoria Organizacional (OI)

Quadro 1 – Comparação das abordagens

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Williamson (1988, p. 575), Davis, Schorman e, Donaldson (1997, p. 38) e Clark¹ (2007, p. 27-28 apud GUERRA, 2009, p. 36)

As três teorias possuem uma unidade de análise diferente, sendo que a ECT está focada nas transações, e a Teoria da Agência e a *Stewardship* descrevem o comportamento do gestor sobre bases conceituais diferentes. Entretanto se aproximam quando reconhecem que o agente alinha seu comportamento ao principal, mesmo que sobre perspectivas diferentes, como pode ser observado pelo foco contratual.

Nesse aspecto, a Teoria da Agência indica que os contratos devem prever *ex-ante* os mecanismos de controle e alinhamento do agente, enquanto que na *Stewardship* o indivíduo é naturalmente voltado ao coletivo, e por isso está alinhado ao principal. A ECT descreve que as transações (inclusive a do principal-agente) impactam a estrutura de governança da empresa, e por isso o seu foco contratual é *ex-post* (WILLIAMSON, 1988; DAVIS; SCHORMAN; DONALDSON, 1997).

A ETC e a Teoria da Agência se aproximam em relação à origem teórica e se afastam em relação ao seu objetivo, que também não são excludentes. Porém, a Teoria da Agência está afastada da *Stewardship* em relação à sua origem teórica, mas elas se aproximam no objeto de análise por meio da tentativa de modelar o comportamento do gestor.

Todas essas teorias estão estruturadas por relações contratuais, e suas origens teóricas se aproximam “metodologicamente ao assumir a hipótese da ‘sobrevivência’ para justificar suas hipóteses fundamentais de trabalho: a maximização de lucros na OI e a minimização de custos na ECT” (FARINA; AZEVEDO; SAES, 1997, p. 24).

2.2 Governança Corporativa

A Governança Corporativa está envolvida com a empresa por meio dos mecanismos

¹CLARKE, T. **International Corporate Governance: A Comparative Approach**. New York: Routledge, 2007.

para controlar, incentivar e tornar as relações com os seus envolvidos mais eficientes, possibilitando que os contratos sejam respeitados e não ocorra expropriação.

Essas relações podem influenciar a estrutura de governança das empresas, que são estabelecidas por trocas de direitos de propriedades, como bens ou serviços relacionados aos acordos envolvendo a organização e cuja função é orientar a entidade no sentido de internalizar os efeitos dessas transações (DEMSETZ, 1967).

O direito de propriedade pode ser percebido pelo direito do uso, do usufruto (aluguel) e do abuso, que está ligado ao poder de modificar esse ativo (ZYLBERSZTAJN, 1995).

As transações entre a empresa e os seus envolvidos são formalizadas por contratos, e esses indicam os direitos e as obrigações das partes por meio das trocas de direitos de propriedade; portanto, a governança busca alinhar esses interesses envolvidos e deseja mitigar a possibilidade de oportunismo devido à incompletude dos contratos, aos impactos do ambiente institucional e aos pressupostos comportamentais humanos.

A Governança Corporativa é o meio pelo qual os fornecedores de capital e dos outros direitos de propriedades englobados nas transações existentes na empresa asseguram o retorno do seu investimento. Entender essas relações ilumina a eficiência dessa estrutura produtiva e contribui para melhorias no ambiente institucional (SHLEIFER; VISHN, 1997).

O sistema de proteção aos envolvidos com a empresa abarca a separação entre o direito de propriedade e a gestão dessa organização, pois no ambiente competitivo de mercado se faz necessária a preparação de capital humano para essa função, tornando o acionista dependente desse conhecimento.

A importância do capital humano não elimina a necessidade de artefatos para controlar os gestores, pois existe a possibilidade de um profissional experiente mitigar esses mecanismos e utilizar de medidas para obter vantagens pessoais em detrimento dos acionistas; portanto, essa relação deve possuir um incentivo contratual *ex-ante* de longo prazo para alinhar esses interesses (SHLEIFER; VISHN, 1997).

Para os mesmos autores, a diferença entre as formas de governança no mundo provém da proteção legal existente aos acionistas e aos credores, que desejam recuperar o investimento realizado nessa empresa. Ao adotarem os mecanismos de governança, as organizações se tornam mais seguras para o recebimento de investimentos, tornando-se atrativas aos detentores de capital, podendo aumentar a quantidade de interessados em suas ações e em fornecer capital via empréstimo. Nesse cenário, pode ocorrer a diminuição do Custo do Capital Próprio (k_e) pretendido pelos acionistas e do Capital de Terceiros (K_i), exigido nos empréstimos, abaixando o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) e tendo

como resultado o aumento do valor da empresa pelo método do Fluxo de caixa livre da empresa (SILVEIRA, 2004).

Figura 3 – Possível impacto da Governança Corporativa sobre a empresa
Fonte: Adaptado de Silveira (2004, p. 26) com base em Silveira, Barros e Famá (2003).

A figura 3 demonstra que, ao adotar os mecanismos de governança, a empresa poderá abaixar o WACC e, como consequência, a Taxa Mínima de Atratividade (TMA), permitindo o investimento em mais projetos e aumentando a competitividade da organização (SILVEIRA, 2004).

O aumento da competitividade poderá levar as empresas ao crescimento de sua capacidade produtiva, e essa expansão requer recursos cujo financiamento é obtido por meio de seus próprios resultados ou pela captação no mercado financeiro.

O Brasil passou por uma série de incentivos relacionados à Governança Corporativa, como a criação dos níveis diferenciados na bolsa de valores, o código do IBGC, a cartilha da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a aprovação da lei 10.303 de 2001 e o programa de incentivo do BNDES, entre outros, que podem criar um círculo virtuoso para a governança no país.

Figura 4 – Círculo virtuoso proposto para a Governança Corporativa no Brasil
Fonte: Silveira (2002, p. 40)

A criação desse círculo virtuoso pode proporcionar incentivos para a empresa continuar oferecendo garantias por meio dos mecanismos de governança adotados, que estão relacionados ao objetivo perseguido pela gestão da organização.

2.2.1 Objetivo da Empresa

Uma importante atribuição pertinente à empresa é a escolha do seu objetivo, e assim a programação de uma estrutura de governança que permita o alinhamento de interesse dos envolvidos na corporação. Essa estrutura deve estar relacionada aos contratos que compõem essa entidade e a um dos dois possíveis objetivos da organização: a teoria da maximização da riqueza dos acionistas (*Shareholder*) e a teoria dos interesses dos públicos afetados pela companhia (*Stakeholder*).

A escolha de qualquer objetivo considera a dimensão social, a dimensão empresarial e a dimensão profissional. A dimensão social avalia o impacto da função no bem-estar da sociedade, a dimensão empresarial observa a eficiência e a produtividade da firma, e a profissional envolve a forma como os gestores tomam decisão e são avaliados (SILVERIA; YOSHINAGA; BORBA, 2005).

Essa decisão não pode estar restrita a um embate de uma teoria da maximização da riqueza dos acionistas contra a congruência de metas dos interessados na corporação, devendo existir foco em relação à busca de um objetivo ou de vários.

Uma forma de a organização lidar com essa decisão é trabalhar com um único objetivo que englobe os efeitos das decisões sobre todas as metas. A gestão deve escolher seu objetivo principal, mas não poderá assegurar que essa função será maximizada, somente alinhar as decisões tomadas nesse sentido, podendo diminuir o surgimento de conflitos entre os interessados (JENSEN, 2001).

Segundo o mesmo autor, a questão não é se os acionistas devem possuir maior consideração do que outros grupos, como funcionários, clientes, credores etc. A verdadeira questão é sobre o comportamento das empresas, e se essas irão tirar o máximo proveito dos recursos limitados que possuem.

2.2.1.1 Teoria da maximização da riqueza dos Acionistas – *Shareholder*

As empresas que definem como objetivo a maximização da riqueza dos acionistas oferecem um critério à tomada de decisão e à avaliação dos executivos, pois o seu sistema de governança foi desenhado de forma a maximizar a riqueza do principal, e os agentes aceitam a responsabilidade dessa gestão ao percebem a possibilidade de ter um ganho maior com essa oportunidade do que com outras (DAVIS; SCHORMAN; DONALDSON, 1997).

Essa teoria está baseada na teoria da firma, que propõe pertencerem aos proprietários o direito à tomada de decisão e sobre o lucro residual da organização. Esses direitos estão relacionados aos riscos que os acionistas correm com o negócio, pois entre todos os agentes envolvidos a sua participação no lucro é retirada depois de todos os outros (SILVERIA; YOSHINAGA; BORBA, 2005).

Segundo os mesmos autores, os outros envolvidos possuem maior amparo legal em relação à empresa, pois suas relações possuem contratos que contém uma remuneração fixa, restando a incerteza aos acionistas.

A possibilidade de êxito para a empresa aumenta ao se perseguir só um objetivo, pois a tentativa de alcançar diversos alvos trará problemas ao gestor, que deverá escolher entre diversas possibilidades conflitantes, podendo deixar a empresa sem nenhum propósito (JENSEN, 2001).

Segundo o mesmo autor, ocorrerá um *trade-off* se existir mais do que um objetivo, como descrito na figura 5.

Figura 5 - *Trade-off* entre lucro e participação de mercado
Fonte: JENSEN (2001, p. 10)

Na situação de *trade-off* demonstrada pela figura 5, a empresa não consegue aumentar o lucro, ao mesmo tempo em que aumenta sua participação no mercado, devendo os gestores escolherem qual dessas alternativas é melhor para a empresa, pois as duas juntas são impossíveis de alcançar.

2.2.1.2 Teoria dos interesses dos públicos afetados pela companhia – *Stakeholder*

A teoria dos *Stakeholders* procura alinhar os interesses dos envolvidos com a empresa por meio de um direcionamento dos objetivos que os gestores deverão seguir, em vez de buscar exclusivamente a maximização da riqueza dos acionistas. Essa premissa busca diminuir os possíveis conflitos entre os envolvidos com a organização.

A entidade possui outras forças além dos acionistas, que influenciam a sua governança, e esses envolvidos estão relacionados ao ambiente no qual as organizações operam; por isso uma parte desses atores deseja que essa organização realize ações voltadas aos seus interesses e não à maximização da riqueza do acionista (CHRISTOPHER, 2010).

Esse pensamento está baseado na sociologia, na teoria organizacional e na busca pela construção de políticas que estabeleçam o alinhamento dos interesses dos agentes envolvidos com a empresa de forma a satisfazê-los, garantindo o sucesso da empresa no longo prazo (SILVERIA; YOSHINAGA; BORBA, 2005).

Nesse conceito, os acionistas ou os gestores não seriam o foco da relação contratual existente na empresa, pois a participação de outros interessados é importante na busca dos interesses corporativos, que deveriam ser compostos pelos diferentes objetivos pertencentes aos grupos que compõem a firma. Os interesses que envolvem as decisões corporativas podem estar entrelaçados e muitas vezes são conflitantes, como descritos abaixo:

Os clientes querem preços baixos, qualidade e serviço completo. Os funcionários querem salários altos, qualidade elevada das condições de trabalho e benefícios, incluindo férias, assistência médica e pensões. Os fornecedores de capital querem risco baixo e alta rentabilidade. As comunidades querem contribuições altas para a caridade, gastos sociais em benefício da comunidade em geral, o aumento do investimento local, e um emprego estável (JENSEN, 2001, p. 13, tradução nossa).

O gestor trabalharia nesse contexto como o agente de todos os envolvidos com a empresa e não somente do acionista-principal, e isso gera a necessidade de observação de muitos escopos ao mesmo tempo, envolvendo uma equação com todos os objetivos, fato que pode causar confusão na tomada de decisão. Essa teoria recebe o apoio dos gestores, pois

amplia o poder deles de forma improdutiva, aumentando os custos de agência no sistema econômico (JENSEN, 2001).

Um problema derivado desse objetivo empresarial é que pode ser complexo buscar vários interesses, pois alguns podem ser concorrentes, e isso ocasionará conflitos que poderão até gerar perdas para a firma ou para uma das partes.

2.2.2 Mecanismos de Governança Corporativa

A Governança Corporativa passou a dilatar a sua ênfase, que era centrada na gestão pela busca da maximização da riqueza do *Shareholder*, para o equilíbrio dos interesses entre as partes envolvidas com a organização, e essa expansão conceitual relaciona-se aos mecanismos por meio da transparência nos relatórios financeiros auditados e com os colegiados internos de controle e responsabilização (BRENNAN; SOLOMON, 2008).

Esses artefatos de controle são as formas por meio das quais se procura mitigar os conflitos, diminuindo as possibilidades de desvios, para assim alinhar os interesses dissonantes na organização e possibilitar o seu desenvolvimento.

O alinhamento do interesse dos envolvidos com a empresa no conflito entre o principal e o agente ou entre os outros interessados na organização abrange os mecanismos de Governança Corporativa. Esses existem para que as decisões tomadas pela gestão sejam de interesse dos envolvidos com o negócio e evitem a expropriação pelo principal.

Para Silveira (2002), essas formas de controle estão envolvidas com o problema de agência, como está evidenciado na figura 6.

Figura 6 - O problema de agência dos gestores e a Governança Corporativa
 Fonte: Silveira (2002, p. 14)

A figura 6 explica os mecanismos por meio da relação de agência entre os acionistas, os gestores, e suas decisões; assim, as estruturas de controles, que podem ser internas ou externas, devem funcionar para impedir os custos de agência, uma forma de expropriação ao principal.

As estruturas internas pretendem ajustar o comportamento oportunista a políticas baseadas na entidade, e as externas são derivadas da necessidade da sociedade ou do mercado de controlar as práticas gerenciais que podem prejudicar a empresa toda (SILVEIRA, 2002).

Os mecanismos classificados como internos são: (i) o conselho de administração, (ii) o sistema de remuneração, (iii) a estrutura de propriedades e (iv) o conselho fiscal, que não foi citado na figura 6. O (v) mercado de aquisição hostil, o (vi) mercado de trabalho competitivo e (vii) os relatórios contábeis periódicos auditados são considerados externos

2.2.2.1 Conselho de administração

O conselho de administração é um mecanismo interno que busca diminuir os conflitos de agência que envolve os acionistas (minoritário e controladores) e os gestores por meio do acompanhamento do processo de decisão na organização. Esse colegiado observa o processo de decisão da entidade em relação à execução da estratégia de negócio pelos diretores (IBGC, 2009).

O seu funcionamento está envolvido com a complexidade do ambiente no qual está inserida a empresa por meio do aumento dos objetivos que as organizações devem buscar para corresponder aos seus *stakeholders* (CHRISTOPHER, 2010).

Esse órgão possui competência para exercer a função de estabelecer a estratégia da organização e acompanhar sua execução por meio do controle de sua gestão, da escolha do *Chief Executive Officer* (CEO), dos demais executivos, da gestão de riscos, da escolha da firma de auditoria independente e do acompanhamento da relação com os *Stakeholders* (CARVALHAL DA SILVA, 2006).

O processo de decisão da alta gestão foi dividido por Fama e Jensen (1983) em quatro etapas: a iniciação, a ratificação, a implantação e o monitoramento. As etapas de iniciação e implantação são decisões alocadas aos mesmos gestores, sendo interessante combinar essas fases em uma decisão de gestão. O controle dessas decisões é combinado em uma gestão de controle (FAMA; JENSEN, 1983).

Figura 7 – Ambiente e processo de decisão
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fama e Jensen (1983)

Os processos de iniciação e de implantação competem aos diretores (cor verde), e os

processos de ratificação e monitoramento pertencem ao conselho de administração (cor amarela). Esse colegiado pode ter sua composição variada, mas com o mínimo de três conselheiros (BRASIL, 1976).

O IBGC (2009) recomenda que o conselho seja composto por entre cinco e onze membros, e a regra referente à listagem das ações de uma empresa no segmento do novo mercado da bolsa de valores no Brasil exige a mesma quantidade de membros, porém com mandato unificado e de no máximo dois anos (BM&F-BOVESPA, 2000).

Os conselheiros podem ser assessorados por comitês, e os mais recomendados são o de auditoria, o de remuneração e o de Governança Corporativa (SILVEIRA, 2010).

O comitê de auditoria monitora os controles internos, verifica as demonstrações financeiras e analisa o trabalho da firma de auditoria independente, enquanto que o de remuneração lida com a política salarial para os executivos (CARVALHAL DA SILVA, 2006).

O comitê de governança possui a função de selecionar novos membros para os conselhos e para a diretoria, e verificar a adoção das práticas de Governança Corporativa na empresa (SILVEIRA, 2010).

2.2.2.2 Conselho fiscal

As empresas organizadas na forma de sociedades por ações podem ter um conselho fiscal, embora seu funcionamento não seja obrigatório, facultado a sua existência na forma periódica ou permanente a uma convocação por meio da assembleia dos acionistas ou de um dispositivo no estatuto social.

Esse órgão pode ser entendido como um mecanismo societário interno de proteção aos acionistas, em especial aos minoritários, por meio da fiscalização da gestão da empresa e dos diretores.

As suas características são a independência em relação aos outros órgãos da entidade, a abrangência de atuação, o caráter fiscalizador e a responsabilidade dos seus membros (PELEIAS; SANTOS, 2010).

A sua disposição na estrutura organizacional é para proteção aos acionistas, inclusive os que não são controladores; por isso o seu funcionamento é autônomo e não está vinculado a qualquer órgão de gestão (FURUTA; SANTOS, 2010).

Segue a forma do sistema de Governança Corporativa imaginada pelo IBGC (2009) para as empresas brasileiras com a posição do conselho fiscal.

Figura 8 – Sistema de Governança Corporativa
Fonte: IBGC (2009, p. 16)

A instalação desse conselho é feita em assembleia geral, a pedido dos acionistas que possuam no mínimo 10% do capital total ou 5 % do capital votante (CARVALHAL DA SILVA, 2006). Para o IBGC (2009, p. 62, adaptado), suas principais funções são:

- (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres;
- (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias;
- (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral;
- (iv) denunciar os erros, fraudes e crimes, e sugerir providências úteis para que os órgãos de administração ou a assembleia geral possa, por meio de sua autoridade, proteger os interesses da companhia;
- (v) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras.

A sua composição será de três a cinco membros, eleitos pela representatividade dos sócios, sendo que nas organizações com controladores definidos, esses devem abrir mão do direito de eleger os conselheiros, para que sejam eleitos pelos outros sócios (IBGC, 2009).

2.2.2.3 Estrutura de propriedade

A estrutura de propriedade é um tipo de mecanismo de Governança Corporativa relacionada ao controle do negócio e ao desempenho, variando na sua forma em relação à quantidade de ações mantidas pelo controlador e ao tipo de ações lançadas ao mercado.

Em relação à forma, a empresa pode ser controlada diretamente pelo controlador, ou de maneira indireta, por meio de outra empresa, ou ainda estar dentro de uma estrutura piramidal. Essa estrutura se caracteriza pela existência de participação acionária por meio de algumas entidades que também possuem o capital aberto, diminuindo a quantidade necessária de ações com direito a voto que o controlador deve possuir para gerir a empresa.

A empresa que for listada na BM&F – BOVESPA pode negociar dois tipos de ações: uma sem direito a voto em assembleia (ação preferencial) e outra com direito a voto (ação ordinária).

No Brasil a relação percentual de ações ordinárias ou preferenciais com a qual a empresa deve ser constituída varia de acordo com vigência legal. As empresas que abriram o seu capital em bolsa de valores até 31 de outubro de 2001 podem ser constituídas com dois terços de ações preferenciais e um terço de ações ordinárias; portanto, para que um acionista seja considerado o controlador dessa sociedade, ele precisa possuir 50% mais uma das ações com direito a voto, ou seja, algo próximo a 17% do total de ações da empresa (BRASIL, 1976).

As sociedades anônimas que abriram seu capital após a referida data devem possuir sua estrutura de propriedade com pelos menos metade das ações com direito a voto em assembleia, passando a ser necessário algo em torno de 25,5% do capital social para ser o controlador (BRASIL, 2001).

No Brasil a quantidade de ações ordinárias detida pelo controlador é elevada: segundo Carvalho da Silva (2004), chega a 76%, e para Claessens et al (2002), a concentração de capital pode gerar custos e benefícios, que são demonstrados em dois efeitos na gestão da empresa: o efeito alinhamento e o efeito entrenchamento.

O efeito alinhamento ocorre quando a participação do acionista majoritário do capital da empresa aumenta, e assim cresce o incentivo para o monitoramento e os custos para a expropriação dos outros acionistas, pois “[...] a posse de uma grande parcela [do capital social] traz o comprometimento do controlador em não desvalorizar o preço dos papéis, pois isso reduziria sua riqueza” (OKIMURA; SILVEIRA; ROCHA, 2004, p. 5).

O efeito entrincheiramento representa a situação na qual o aumento da quantidade de ações detidas pelo controlador o torna menos dependente em relação aos outros acionistas abrindo a oportunidade para a expropriação. Na figura 9, pode ser observada a representação desses dois efeitos e sua relação com o desempenho da empresa.

Figura 9 - Efeitos entrincheiramento e alinhamento no grau de concentração acionária

Fonte: Dami, Rogers e Ribeiro (2007, p. 23)

2.2.2.4 Sistema de remuneração

A relação de agência é um modelo de interação cujo principal delega a um agente o direito de tomar decisão em troca de uma remuneração, que funciona como uma forma de incentivo para que esse maximize a riqueza do principal (ROSS, 1973).

O estímulo financeiro deve estar vinculado aos resultados, com metas e objetivos claros, como a geração de valor econômico para a organização (IBGC, 2009).

Esse fluxo de pagamentos pode ser decomposto em uma parcela fixa e outra variável, sendo que a parte variável pode estar relacionada ao desempenho e pode ser combinada de variadas formas, como: *gain sharing*, *profit sharing*, *stock options*, *pay for performance* e *skill based pay* (BRISOLLA JR, 1994).

O *gain sharing* é um incentivo ligado à redução de custos e ganhos de produtividade. O *profit sharing* é o direito a uma parcela do lucro. As *stock options* são o direito à aquisição de ações por valores subsidiados. O *pay for performance* é o recebimento de prêmios e bônus por metas pessoais e o *skill based pay* é o pagamento diferenciado por algum conhecimento especial contido ou adquirido, mas que dificilmente é aplicado a gestores (BRISOLLA JR, 1994).

Esse sistema de incentivo deve conter limites para o gestor, impedindo que ele esteja no processo decisório, na sua fiscalização e na deliberação da sua remuneração (IBGC, 2009).

2.2.2.5 Mecanismos externos

Os mecanismos externos de governança envolvem ações do mercado na tentativa de alinhar interesses, controlar a gestão ou mesmo de trocar o controle da entidade, e esses artefatos de controle são: o mercado de aquisição hostil, o mercado de trabalho competitivo e as demonstrações financeiras auditadas (SILVEIRA, 2002).

Na aquisição hostil, também conhecida como *takeover*, o comprador faz uma oferta para os acionistas dispersos da empresa-alvo e, se for aceito, o negócio promove a troca de controle da organização, que pode ser por meio da substituição da gestão (SHLEIFER; VISHN, 1997).

O *takeover* pode acontecer quando algum indivíduo ou um grupo adquire um percentual de ações via bolsa de valores sem negociação com o controlador, conquistando o direito de assumir uma vaga no conselho de administração da empresa, e até de indicar o presidente. Em geral, essa estratégia de aquisição acontece com entidades que possuem seu capital social disperso na bolsa, e cujo preço dessa ação está abaixo do real, funcionando como estímulo aos controladores para que construam riqueza na gestão da entidade.

O mercado de trabalho competitivo cria um ambiente de dificuldade para a empresa segurar os melhores gestores e funcionários e, portanto, consiga uma equipe qualificada, pois os acionistas necessitam de diretores qualificados para orientar o seu negócio, gerando a dependência por recursos humanos qualificados (CHRISTOPHER; 2010).

As demonstrações contábeis auditadas não são evidenciadas por todas as empresas, mas pelas que são obrigadas por lei, pelas agências reguladoras ou mesmo pelas entidades de forma voluntária. Porém, essas demonstrações devem seguir a estrutura conceitual elaborada pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) para atribuir qualidade a essa informação e trazer segurança ao mercado.

As informações contábeis permitem que os interessados na empresa acompanhem a situação patrimonial, a mutação do patrimônio, o desempenho, a geração de caixa e a distribuição de dividendos, evidenciando a situação da entidade e servindo de apoio à tomada de decisão, para assim ser possível aos diversos usuários da contabilidade opinar sobre investimentos em ações da empresa, avaliar a gestão, verificar a liquidez do caixa dessa entidade, observar a relação com os colaboradores, e para o governo regulamentar o setor de atividade da empresa e determinar políticas governamentais (CPC, 2008).

2.3 A Unctad, a contabilidade e a Governança Corporativa

A Unctad é um órgão da ONU fundado em 1964, cuja autoridade é baseada no conhecimento, e sua função é promover a integração internacional voltada ao desenvolvimento dos países. A sua relação com a contabilidade ocorre por meio da função de artefato de controle e linguagem dos negócios, que ao padronizar-se pode ajudar o crescimento do comércio mundial.

O currículo mundial para a formação dos contadores é o meio pelo qual a Unctad pretende ajudar aos países a formarem um contador capaz de exercer sua profissão de forma global e além das suas fronteiras (Unctad, 2003).

Nesse contexto, a importância da contabilidade deriva de seu envolvimento com as decisões de alta gestão, pois por meio de suas ações podem ser construídas políticas de incentivo e também são geradas as informações para o auxílio à tomada de decisão, e esses processos estão relacionados à governança, que pretende alinhar o interesse dos envolvidos com o da empresa para garantir a lucratividade no longo prazo, além da continuidade do negócio.

A Unctad, ao perceber a importância do ensino da contabilidade para o desenvolvimento dos negócios, propôs um currículo que orientasse os países e as suas IES, almejando assim formar um profissional capaz de satisfazer as expectativas envolvidas com a sua potencialidade; portanto, o estudante de Ciências Contábeis que aprende o conteúdo de Governança Corporativa poderá ajudar na construção de uma sociedade com desenvolvimento, oportunidades e respeito às pessoas e ao meio ambiente.

2.3.1 O Currículo mundial e o conteúdo de Governança Corporativa

De acordo com Riccio e Sakata (2004), Magalhães e Andrade (2006) e Ott e Pires (2010), a formação dos contadores é objeto de estudo de diversos organismos supranacionais, como o *International Accounting Standardas Board* (IASB), o *International Federation of Accountants* (IFAC), o *International Organization of Securities Commission* (IOSCO) e também da Unctad, uma conferência da ONU para o desenvolvimento do comércio, interessada na contabilidade como mecanismo de controle nas organizações.

A Unctad, com a finalidade de melhorar a formação dos contadores e de incentivar a credibilidade da contabilidade como artefato de controle utilizado em prol da sociedade, propôs o currículo mundial para o curso, que foi organizado em módulos, disciplinas e conteúdos ementários.

Esse currículo foi estudado por Riccio e Sakata (2004), que organizaram os três módulos propostos pela Unctad sem modificações: (i) Conhecimentos Administrativos e Organizacionais, (ii), Tecnologia da Informação, (iii), Conhecimento Contábil e Assuntos Afins, e adicionaram o (iv) conteúdo de Conhecimento Geral, como descrito na tabela 1.

Tabela 1 – Blocos de conhecimentos definidos pela Unctad

1. Conhecimentos administrativos e organizacionais	2. Tecnologia de Informação	3. Conhecimentos de Contabilidade e assuntos afins	4. Conhecimentos Gerais
1.1 Economia. 1.2 Métodos Quantitativos e estatística para administração. 1.3 Políticas gerais administrativas, estruturas básicas organizacionais. 1.4 Funções e práticas gerenciais, comportamento organizacional, a função do marketing em administração e princípios de negócios internacionais. 1.5 Módulo de gestão e estratégia organizacional.	2.1 Tecnologia de Informação. 2.1.1 Tecnologia de Informação (TI) conceitos para sistemas administrativos. 2.1.2 Controle interno - sistemas informatizados de gestão. 2.1.3 Desenvolvimento de padrões e práticas para a administração de sistemas. 2.1.4 Gestão, implementação e uso de TI. 2.1.5 Gestão da segurança em informação. 2.1.6 Inteligência Artificial, <i>expert systems</i> , <i>fuzzy logic</i> , etc. 2.1.7 Comércio Eletrônico.	3.1 Contabilidade básica e preparação de relatórios financeiros, a profissão contábil padrões contábeis internacionais. 3.2 Práticas contábeis e financeiras avançadas. 3.3 Princípios de relatórios financeiros avançados. 3.4 Contabilidade Gerencial. 3.5 Contabilidade Gerencial – Informação para planejamento, tomada de decisão e controle. 3.6 Tributação. 3.7 Legislação comercial. 3.8 Fundamentos de Auditoria. 3.9 Auditoria: conceitos avançados. 3.10 Finanças e gestão financeira.	4.1 História e religião. 4.2 Comportamento humano/ Psicologia. 4.3 Economia local 4.4 Metodologia de pesquisa. 4.5 Artes e Literatura. 4.6 Ética. 4.7 Filosofia. 4.8 Comunicação oral. 4.9 Línguas. 4.10 Experiência profissional/ Estágio.

Fonte: Elaborado por Riccio e Sakata (2004) com base na Unctad (1999)

Em uma comparação entre o currículo global, o do IFAC, o da *Association to Advance Collegiate Schools of Business* (AACSB), que envolve IES de 74 países, e o da *Association of Chartered Certified Accountants* (ACCA), ficou constatada a similaridade dos programas, com pequenas diferenças de conteúdos (CALHOUN; WALSH, 2000² apud RICCIO; SAKATA, 2004).

Na versão inicial do currículo mundial, o conteúdo de Governança Corporativa está inserido no primeiro módulo, na disciplina de Políticas Gerais Administrativas e Estruturas Básicas Organizacionais, cujo objetivo é apresentar os principais conceitos sobre os tipos de organizações e seu funcionamento no contexto de negócios (Unctad, 1999).

Esse conhecimento deve ser adquirido pelo profissional contábil, relacionado e aplicado na identificação e na resolução de problemas, pois dentro dessa grande área o papel

²CALHOUN, C.; WALSH, M. UNF's Accounting Curriculum versus the United Nation's Global Curriculum and the ACCA Curriculum: a Comparison. *Accounting & Business*, 2000.

do contador na Governança Corporativa precisa ser compreendido (IFAC, 2005).

A aderência desse conteúdo ao currículo da Unctad nos cursos de contabilidade do país é importante, pois “entende-se que quanto maior a similaridade entre o currículo adotado por um [...] país [...] ao currículo internacional, maior será a evidência de harmonização na educação contábil desse país” (RICCIO; SAKATA, 2004, p. 35).

O sistema de harmonização contábil proposto pela Unctad envolve o ensino e a qualificação dos contadores, que antes estavam preparados em bases nacionais e por isso poderiam apresentar diferenças devido ao local de formação, e uma orientação baseada em um currículo internacional poderá impedir esse efeito (AGGESTAM, 1999).

Segundo Riccio e Sakata (2004), que estudaram uma amostra com 50 IES, cuja metade está no Brasil e a outra em Portugal, as IES brasileiras que oferecem o curso de contabilidade apresentam em média 45 disciplinas. A metade na área de Conhecimento de Contabilidade, seguida pelas de Conhecimentos Administrativos, que variam de 5 a 10 matérias, pelas de Conhecimentos Gerais, que apresentam de 1 a 12 e, em geral, a área de Tecnologia da Informação é pouco ofertada e conta com até duas matérias.

Em Portugal, o oferecimento de disciplinas do módulo de Conhecimentos Administrativos é próximo ao de Conhecimentos de Contabilidade, que varia em média de 15 a 20 matérias, e o de Conhecimentos Gerais está entre nenhuma e 11 disciplinas (RICCIO; SAKATA, 2004).

A pesquisa de Magalhães e Andrade (2006) observou a adoção do currículo contábil da Unctad no Piauí e observou uma taxa 40% de não abordagem das disciplinas pelos cursos oferecidos no estado.

Czesnat, Cunha e Domingos (2009) estudaram a similaridade do currículo global ao adotado por doze IES do estado de Santa Catarina e encontram 88,27% de aproximação média, sendo que das disciplinas ofertadas, 54,2% referem-se ao bloco de Conhecimentos Contábeis, 16,81% ao bloco de Conhecimentos Administrativos, 12,61% ao de Conhecimentos Gerais e 4,65% ao de Tecnologia da Informação.

Em 2003, o currículo mundial foi revisto pela Unctad e passou de 26 disciplinas para 33, um aumento de 27%, sendo que essas alterações foram feitas nos quatro grupos de conhecimento, e no módulo de Conhecimento Administrativo e Organizacional ocorreu a retirada da disciplina de Gestão e Estratégia Organizacional, que deu lugar a duas novas matérias: Marketing e Negócios Internacionais.

Em relação ao módulo de Tecnologia da Informação, não houve acréscimo de disciplina, e o de Conhecimento de Contabilidade e Assuntos Afins foi dividido em básico e

avançado, sendo que a estrutura anterior continuou com a mesma quantidade, mas com três disciplinas novas: Contabilidade Financeira, Sistema de Informação Contábil e uma de Integração.

A parte avançada desse módulo possui sete disciplinas: (i) Relatórios Financeiros e Contabilidade Avançada para Indústrias Especializadas, (ii) Contabilidade Gerencial Avançada, (iii) Tributação Avançada, (iv) Legislação Comercial Avançada, (v) Auditoria e Segurança Avançada, (vi) Finanças e Gestão Avançada e (vii) Estágio em Práticas Contábeis, que pertencia ao bloco de Conhecimentos Gerais.

Nessa nova versão do currículo, o conteúdo de Governança Corporativa está presente em quatro disciplinas, sendo uma no bloco de Conhecimentos Administrativos e Organizacionais e três no de Conhecimentos Contábeis e Assuntos Afins. Segue o conteúdo ementário por disciplina e por módulo da versão revisada do currículo:

Tabela 2 – As disciplinas e o conteúdo ementário de Governança Corporativa

Conhecimentos administrativos e organizacionais	Conhecimento de contabilidade e assuntos afins	
	Básico	Avançado
1. Políticas Gerais Administrativas e Estruturas Básicas Organizacionais: <ul style="list-style-type: none"> As metas e objetivos de uma empresa e os objetivos dos diferentes grupos de interesses envolvidos. O conceito de congruência de metas e como isso pode ser alcançado. O papel dos administradores não executivos, sistemas de remuneração executiva e operações corporativas etc. As formas e meios de promover o comportamento ético dentro da organização e em relação ao mundo. O papel do diretor financeiro (CFO), da comissão de auditoria e dos auditores internos e externos. Discussão de estudos de caso de Governança Corporativa na cena local, bem como de casos relevantes da cena. 	2. Fundamentos de Auditoria e Segurança: <ul style="list-style-type: none"> O papel das partes em relação às questões de auditoria e Governança Corporativa, incluindo a entidade reguladora e de execução, gestão, auditoria interna e o comitê de auditoria do conselho de administração da companhia. 3. Disciplina de Integração: <ul style="list-style-type: none"> Cobrir emergentes preocupações de contabilidade atual, de assuntos profissionais, de questões ambientais, de Governança Corporativa, de temas empresariais contemporâneos e sociais, e a evolução dos negócios internacionais. Discutir os problemas de Governança Corporativa e problemas de relatórios financeiros, e questões retiradas de estudos de caso locais, nacionais e internacionais. 	4. Auditoria e Segurança Avançada: <ul style="list-style-type: none"> Governança Corporativa e auditores.

A tabela 2 demonstra que a Unctad acrescentou novos conteúdos de governança e relacionou esse saber ao módulo contábil, principalmente em relação à auditoria e à segurança.

Uma comparação entre a versão revisada do currículo global da Unctad, o do IFAC e a resolução do MEC sobre o curso de Ciências Contábeis no Brasil evidenciou que no módulo de Contabilidade e Assuntos Afins ocorre a similaridade nos temas de Contabilidade Financeira e Gerencial, na categoria de Conhecimentos Administrativos e Organizacionais, as recomendações estão próximas e em relação à Tecnologia da Informação, as propostas são semelhantes e as disciplinas de Conhecimentos Gerais são abordadas por todos os órgãos (OTTO; PIRES, 2010).

Em uma pesquisa com 213 IES sobre a similaridade entre as disciplinas adotadas no Brasil, em Portugal e na Espanha e o proposto pela Unctad e pelo IFAC foi constatado que os contadores formados por essas instituições não estão aptos a atuarem em um mercado globalizado, devido à defasagem de conteúdo, cuja análise por matéria oferecida da área profissional apresentou classificação de deficiente ou mediana em 77,08%, sendo que nos três países o conteúdo de Políticas Gerais Administrativas e Estruturas Básicas Organizacionais e de Auditoria Avançada é abaixo do esperado, e o de Auditoria é categorizado como satisfatório (FELIU, ROSA, 2010).

Nas nações africanas de Gana, Nigéria e Serra Leoa, o processo de internacionalização no ensino da contabilidade recebe influência do IFAC e da ACCA sobre o conteúdo curricular dos cursos locais e sobre os profissionais contábeis (AGGESTAM, 2009).

Segundo a mesma autora, o currículo utilizado em Serra Leoa e Gana está baseado no IFAC, mas nesse segundo país ocorreu um desalinhamento nos tópicos de ética, governança e negócios internacionais, e a Nigéria está em processo de criação de um marco regulatório pelo governo, que servirá de diretriz às IES desse país.

No estudo realizado por Erfurth (2009), em uma amostra com 21 IES do Brasil e da Argentina, o conteúdo com menor similaridade é o de Contabilidade Avançada, próximo a 30% em ambos os países, e o mais próximo ao documento internacional é o bloco de Conhecimentos Administrativos e Organizacionais, com 79% na Argentina, e o de Contabilidade Básica no Brasil, com 71%.

Em um estudo que comparou a grade da Universidade Federal da Paraíba, a da Federal do Pernambuco e a da Federal do Rio Grande do Norte, ficou constatado que essas IES oferecem em média 55 disciplinas, sendo que o conteúdo de Governança Corporativa pode ser

transmitido pelas três instituições na matéria de Auditoria (MULATINHO, 2007).

Segundo o mesmo autor, a instituição de Pernambuco e do Rio Grande do Norte oferecem também a matéria de Auditoria II (avançada), mas nenhuma possui em sua respectiva grade curricular a disciplina de Políticas Gerais Administrativas e Estruturas Básicas Organizacionais e a disciplina de Integração, ficando a maior parte do conteúdo de governança sem oferta.

Nesse cenário de internacionalização da contabilidade, é interessante verificar quais conteúdos as IES estão oferecendo aos futuros contadores. Em especial observar o conteúdo de Governança Corporativa, que representa um conjunto de conhecimentos com os quais profissionais contábeis estiveram envolvidos em escândalos corporativos recentes e cuja falta provocou perdas financeiras ao mercado.

3 Metodologia

A classificação dessa pesquisa está baseada em Martins (2002), que orientou a técnica e o procedimento empregados nesse estudo.

Esse estudo quanto à técnica de pesquisa é descritivo, porque busca delinear as características do conteúdo de governança abordado nos cursos de Ciências Contábeis para conhecer o tema com profundidade, de modo a levantar suas possíveis lacunas e torná-lo aderente ao currículo global proposto pela Unctad.

A pesquisa, no aspecto relativo aos procedimentos, é do tipo *survey*, e utiliza como instrumento de coleta de dados um questionário construído para satisfazer os objetivos do trabalho, e possui suas perguntas relacionadas à Governança Corporativa, baseadas no conteúdo do currículo global proposto para o curso de Ciências Contábeis, a fim de verificar a aderência desses tópicos ao oferecido no ensino contábil no país.

As respostas das questões são baseadas na escala de *Likert*, e sua validação se dará pelo coeficiente conhecido como *Alfa de Cronbach*, analisado por meio da estatística para aferir a aderência do conteúdo ensinado no país ao proposto pela agência da ONU.

3.1 O instrumento de pesquisa

O questionário desenvolvido para esse trabalho verificou o objetivo geral e o específico por meio de três partes, cuja primeira explica o objetivo da pesquisa e que por meio de uma questão pede o consentimento para que as respostas sejam analisadas nesse estudo.

A segunda parte versa sobre as características do oferecimento do conteúdo de Governança Corporativa aos alunos da graduação em contabilidade no país, e a terceira observa se o conhecimento oferecido está aderente ao proposto pela Unctad.

Esse instrumento é composto por questões que mensuram as variáveis, e essas estão relacionadas às hipóteses e aos objetivos da pesquisa, devendo ser separadas, conceituadas e operacionalizadas, para assim serem classificadas em relação a três fatores: (i) o seu caráter escalar, (ii) a relação com outras variáveis e (iii) a continuidade (RICHARDSON, 2010).

As variáveis em relação ao seu caráter escalar podem ser nominais quando apenas possuírem seus dados rotulados, ou ordinais, quando os dados são hierarquizados em função

de determinado critério, ou mesmo intervalar, se o intervalo de distância da característica estudada possuir significado (MARTINS, 2002).

Para Richardson (2010), quando essas variáveis possuem relações entre si, são dependentes; se não, são independentes, e ao estarem entre os dois conceitos, são intervenientes. Porém, a pesquisa utiliza a técnica de análise interdependente para observar os dados de forma agrupada, não sendo necessário classificar as questões em relação a esse aspecto.

A continuidade é observada em respostas com um conjunto ordenado de valores; porém, se a variável possuir o dado de forma distinta ou separada, será discreto (RICHARDSON, 2010).

Com base nesses critérios, segue a classificação das variáveis que estão na segunda parte do instrumento de pesquisa:

Questões	Tipo de Variável	
	Escala	Continuidade
03. Qual a sua maior titulação?	Ordinal	Contínua
04. Em qual região do país está situado a IES na qual você leciona?	Nominal	Discreta
05. Qual o período de oferecimento do curso de Ciências Contábeis?	Nominal	Discreta
06. Você possui formação em Ciências Contábeis?	Nominal	Discreta
07. Você possui publicação científica em Governança Corporativa?	Nominal	Discreta
08. A instituição de ensino superior onde leciona é privada?	Nominal	Discreta
09. A instituição participou do último ENADE?	Nominal	Discreta
10. Esse curso de Ciências Contábeis já formou a primeira turma?	Nominal	Discreta

Quadro 2 – Classificação das variáveis da segunda parte do questionário
Fonte: Elaborado pelo autor

Essas oito questões procuram caracterizar o oferecimento do conhecimento de Governança Corporativa e são em sua maioria nominais em relação à escala e discretas em relação à continuidade, excetuando-se a questão três, que é ordinal em relação à escala e contínua. A classificação das variáveis que estão na terceira parte do instrumento de pesquisa está apresentada no quadro 3.

Questões	Tipo de variável	
	Escala	Continuidade
11 - A. A função-objetivo da empresa e sua meta;	Ordinal	Contínua
11 - B. A relação entre os gestores e os acionistas;	Ordinal	Contínua
11 - C. A relação contratual entre a empresa e os envolvidos;	Ordinal	Contínua
11 - D. O objetivo e a necessidade de informação dos envolvidos com a organização	Ordinal	Contínua
12 - A. A maximização da riqueza aos acionistas;	Ordinal	Contínua
12 - B. A congruência de metas;	Ordinal	Contínua
12 - C. As regulamentações locais;	Ordinal	Contínua
12 - D. Os custos de agência.	Ordinal	Contínua
13 - A. O funcionamento do conselho de administração;	Ordinal	Contínua
13 - B. A remuneração baseada em metas de longo prazo;	Ordinal	Contínua
13 - C. A estrutura de propriedade das empresas;	Ordinal	Contínua
13 - D. O mercado de trabalho como mecanismo de governança.	Ordinal	Contínua
13 - E. O papel do conselho fiscal nas empresas;	Ordinal	Contínua
13 - F. O funcionamento do mercado de aquisição hostil;	Ordinal	Contínua
13 - G. A evidenciação das Demonstrações Contábeis auditadas;	Ordinal	Contínua
13 - H. A relação entre o desenvolvimento global e a Governança Corporativa.	Ordinal	Contínua

Quadro 3 – Classificação das variáveis da terceira parte do questionário

Fonte: Elaborado pelo autor

A dezesseis afirmações que compõe a terceira parte desse questionário são classificadas como variáveis ordinais em relação à escala e contínuas.

Essa parte do instrumento de pesquisa possui três áreas, que são: (i) a Empresa, envolvendo quatro questões relativas à constituição da organização, suas relações e o custo de agência; (ii) quatro questões que objetivam verificar o ensinamento sobre os conflitos de agência; e (iii) oito questões sobre os mecanismos de governança.

As dezesseis questões possuem as suas respostas segundo a escala de *Likert*, uma medida de um tipo de escala de caráter ordinal, que possui pontos contínuos - nesse caso, cinco - registrando a concordância ou discordância dos participantes em relação ao enunciado.

Essa medida foi proposta por Rensis Likert em 1932 e registra a relação de preferência e de concordância com as afirmações, pois a cada resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude do respondente, e a pontuação total da atitude é o somatório das pontuações obtidas em cada afirmação (RODRIGUES; PAULO, 2009).

3.2 População e amostra

Os dados referentes à população das IES no Brasil que podem oferecer o curso de Ciências Contábeis foram obtidos através do *site* do MEC e estão separadas pelas regiões do país, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – População de IES por região
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MEC (2010)

O gráfico 1 demonstra que a região do país que concentra a maior quantidade de instituições para o oferecimento do conhecimento contábil, independente da modalidade, é a Sudeste (com quatrocentas e vinte e seis organizações educacionais), seguida pelo Nordeste (com duzentas e setenta e oito), pela Sul (com duzentas), pela Centro-Oeste (com cento e cinquenta e nove) e pela Norte (com cento e dezenove).

A população de IES observada por estado é dividida em dois grupos, cujo primeiro envolve as instituições que podem oferecer o ensino de modo presencial, e o segundo as que podem oferecer a modalidade ‘a distância’.

Tabela 3 - População de IES que podem oferecer o curso de Ciências Contábeis no Brasil

Região	Estado	Presencial	%	EAD	%	Total
Norte	AC	3	0%	5	2%	8
	AM	9	1%	7	2%	15
	RR	5	1%	6	2%	10
	RO	13	1%	10	3%	23
	AP	5	1%	5	2%	10
	PA	19	2%	13	4%	32
	TO	13	1%	8	3%	21
Nordeste	MA	14	2%	12	4%	25
	PI	18	2%	9	3%	27
	CE	23	3%	10	3%	33
	BA	53	6%	17	6%	68
	RN	16	2%	9	3%	25
	PB	12	1%	10	3%	22
	PE	32	4%	11	4%	43
	AL	11	1%	9	3%	20
	SE	7	1%	8	3%	15
Centro-Oeste	MT	31	3%	12	4%	42
	MS	23	3%	11	4%	33
	GO	37	4%	14	5%	51
	DF	23	3%	12	4%	33
Sudeste	MG	95	11%	19	6%	111
	SP	203	22%	20	7%	216
	RJ	43	5%	13	4%	54
	ES	29	3%	17	6%	45
Sul	PR	73	8%	14	5%	86
	SC	46	5%	13	4%	55
	RS	47	5%	13	4%	59
Total		903	100%	307	100%	1182

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MEC (2010)

O ensino da contabilidade no Brasil na modalidade presencial está concentrado no estado de São Paulo (com duzentas e três instituições), seguido por Minas Gerais (com noventa e cinco) e pelo Paraná (com setenta e três), sendo que o Acre é o estado que possui a menor quantidade de instituições que podem oferecer esse curso, somente três.

A modalidade de ensino a distância pode ser oferecida no país por trezentos e sete instituições, que estão presentes em vários estados, e entre essa oferta de curso se destaca a presença de vinte instituições em São Paulo, dezenove em Minas Gerais e dezessete na Bahia e Espírito Santo, enquanto que o Acre e o Amapá são os estados que menos possuem instituições credenciadas, somente cinco.

A descoberta desses dados permitiu a construção da amostra, que foi elaborada com base estatística por meio de dois processos, cujo primeiro é seu dimensionamento e o segundo é a sua composição (MARTINS, 2002).

O dimensionamento da amostra leva em consideração o nível de mensuração das variáveis contidas no questionário, se nominal, ordinal ou intervalar, o tamanho da população, se infinito ou finito e, para Martins (2002, p. 45), “se a variável escolhida for nominal ou ordinal e a população finita, tem-se” que o tamanho da amostra pode ser explicado pela equação a seguir:

$$M = \frac{Z^2 \times p \times q \times N}{d(N - 1) + Z^2 \times p \times q}$$

Onde:

M = tamanho da amostra;

N = tamanho da população;

Z = abscissa normal padrão;

p = estimativa de proporção;

q = 1 – p;

d = erro amostral.

Essa equação foi utilizada para a construção da amostra, com dados retirados da população e com base nas informações a seguir:

Tabela 4 – Dados utilizados para construção da amostra

Amostra	Dados
Z	1,96
p	0,5
q	0,5
N	1182
d	0,02

Fonte: Elaborado pelo autor

A construção dessa amostra levou em consideração um nível de confiança de 95% ($Z = 1,96$), um erro amostral de 2% ($d = 0,02$), o tamanho da população, e uma proporção de “p” de 0,5, pois maximiza a amostra; assim, com esses dados, os participantes devem ser 46,18, aproximado para 46.

3.3 Coleta de dados

A estratégia de contato com as IES para a obtenção da quantidade necessária de questionários totalmente respondidos envolveu a possibilidade da não participação de algumas instituições.

Nesse sentido foi constituída uma mostra com 139 IES, pois em média somente 25% dos questionários enviados são respondidos, e isso pode impactar a quantidade de respostas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

As IES abordadas foram escolhidas de forma semiprobabilística, com base no banco de dados construído para essa pesquisa e com informações sobre essas instituições retiradas do *site* do MEC e das próprias instituições, respeitando a proporcionalidade das regiões do país e o fato de a disciplina de governança ser oferecida.

Nesse cenário, foram escolhidas as 33 IES que oferecem uma disciplina específica de governança no seu currículo, e outras 106 para composição da amostra.

Tabela 5 – Perfil das IES abordadas

Região	Sem a disciplina	Com a disciplina	Total
Norte	12	2	14
Nordeste	28	5	33
Centro-Oeste	16	3	19
Sudeste	30	19	49
Sul	20	4	24
Total	106	33	139

Fonte: Elaborado pelo autor

As respostas ao instrumento de pesquisa foram coletadas por meio eletrônico (<http://www.surveymonkey.com/s/ensinodacontabilidade>) no período de 30 de novembro de 2010 a 6 de janeiro de 2011, durante três tentativas de abordagens às IES, permitindo assim a coleta conforme a tabela 6.

Tabela 6 – Quantidade de respostas por tentativa de abordagem

Abordagens	Centro - Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	%
1 ^a	1	1	1	12	9	24	52,2 %
2 ^a	3	2	2	1	0	8	17,4 %
3 ^a	2	2	3	4	3	14	30,4 %
Total	6	5	6	17	12	46	100 %

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao todo, cerca 39% das 139 IES abordadas responderam ao questionário, mas oito respostas foram desconsideradas por apenas a primeira questão ter sido assinalada, sendo que das participações válidas, 52,2% responderam ao *survey* na primeira tentativa, 17,4% na segunda e 30,4% na última.

3.4 Validação e confiabilidade

A validade e a confiabilidade são importantes para que o trabalho consiga uma medida fidedigna por meio do questionário. Para que isso seja possível é interessante construir um processo de medição seguro e com validade interna e externa. Esse processo está relacionado à medida, ao erro amostral e ao não amostral (FREITAS et al, 2000).

O erro amostral é referente à amostra, e o utilizado é 0,02, que exprime o quanto a média amostral do trabalho está diferindo da média da população de IES que oferecem o curso de Ciências Contábeis. O erro não sistemático está envolvido com a realização da pesquisa, e para isso foi empregado o método estatístico para a construção da amostra e para escolha aleatória dos participantes.

A validade interna está atrelada à aplicação do questionário, que foi enviado eletronicamente, sem que os participantes se conheçam, evitando viés no preenchimento das respostas.

A validade externa foi construída com a utilização do conteúdo de Governança Corporativa proposto pela Unctad (2003), que é pertinente “[às] condições de generalização, ou seja, à representatividade da amostra e à correspondência entre os respondentes e a unidade de análise” (FREITAS et al., 2000, p. 109).

A confiabilidade será verificada pelo coeficiente conhecido como *Alfa de Cronbach*,

que é um método que constata a consistência interna fundamentada na correlação média entre os elementos para verificar se eles estão avaliando o mesmo constructo.

Para Rodrigues e Paulo (2009) essa medida varia de zero (0) a um (1), e quanto mais próximo de um (1), maior a confiabilidade e a capacidade de poder medido pela fórmula a seguir:

$$\alpha = \frac{\kappa(COV/VAR)}{1 + (\kappa - 1) \times (COV/VAR)}$$

Onde:

α = Alfa de Cronbach;

κ = número de variáveis consideradas;

Cov = média das covariâncias;

Var = média das variâncias.

3.5 Análise fatorial

A análise fatorial é uma técnica estatística multivariada de interdependência que permite verificar simultaneamente todas as variáveis consideradas no estudo, observando suas inter-relações para condensá-las em fatores, cuja função é descrever as variáveis em uma menor quantidade de dimensões de variabilidade (PEREIRA, 2004; BEZERRA, 2009).

Ao empregar essa técnica para esse estudo, o objetivo é analisar as variáveis do conteúdo de Governança Corporativa sugeridas pela Unctad (2003) com relação ao seu agrupamento curricular, e a sua utilização envolve a escolha do método de extração dos fatores, o modo de análise, a sua escolha e a forma para o aumento do poder de explicação.

O método para extração dos fatores utilizados no estudo é o *Kaiser test*, que considera somente os fatores com autovalores acima de 1, demonstrando quanto da variância total pode ser explicada pelo fator.

O modo de análise é o *R-mode factor analysis*, pois esse permite identificar as dimensões de variabilidade por meio da construção de relacionamentos entre as variáveis observadas (BEZERRA, 2009).

A escolha dos fatores permite a análise de diversas variáveis em conjunto, mas essa possibilidade implicará uma observação inferior à totalidade da variação observada, e essa

relação entre as variáveis foi observada nessa pesquisa pelo método *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e pelo *Bartlett's test of sphericity*.

O KMO aferiu a correlação entre as variáveis, e o seu grau de explicação deve ser acima de 0,7 para os fatores analisados descreverem a variação de forma satisfatória, e o *Bartlett's test of sphericity* aponta a existência de relação suficiente entre os indicadores quando apresenta o grau de explicação abaixo de 0,05, e desaconselha a utilização da técnica fatorial ao possuir valor acima de 0,10 (PEREIRA, 2004; BEZERRA, 2009).

O poder de explicação da análise ocorre por meio da escolha do método de rotação que, para contemplar os objetivos da pesquisa, foi o *Viramax*, pois ele reduz o número de variáveis originais em fatores significativos, e assim auxilia o entendimento desses relacionamentos.

3.6 Pré-teste do instrumento de pesquisa

O pré-teste é uma aplicação prévia do instrumento de pesquisa a um grupo com as mesmas características que a população da qual foram coletadas as informações relativas ao estudo, e com experiência relacionada ao ensino da contabilidade, para que ocorra uma avaliação do questionário e esse possa ser melhorado.

A fase de pré-teste é dividida em quatro partes: o questionário, o delineamento, a coleta de dados e a análise estatística (VIEIRA, 2009).

A etapa da aplicação do questionário foi realizada com oito professores, pertencentes a seis IES, cujos dados são apresentados na tabela 7.

Tabela 7 - IES que participaram do pré-teste

Tipo de IES	Nome - Sigla
Particular	Centro Universitário Fafibe - UNIFAFIBE
Pública	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro - IMESB
Pública	Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Particular	Universidade Paulista – UNIP (Campus Ribeirão Preto e Araraquara)
Particular	Universidade do Norte Paulista - UNORP
Pública	Universidade de São Paulo – USP (Campus Ribeirão Preto – 2 professores)

Fonte: Elaborado pelo autor

Os participantes dessa etapa da pesquisa lecionam em curso de Ciências Contábeis da região de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, local do campus da Universidade de São Paulo e onde se encontra a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto; essa aplicação foi realizada em quatro fases explicitadas no quadro 4.

Fase	Função
1ª	Abordagem ao Professor
2ª	Apresentação da pesquisa
3ª	Aplicação do questionário
4ª	Entrevista sobre o questionário

Quadro 4 – Etapa do pré-teste
Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Esse processo verificou a qualidade do questionário como instrumento de pesquisa, sua objetividade, clareza, quantidade de questões e ordenação.

A segunda fase do pré-teste versou sobre o delineamento e as dificuldades relativas à amostra, para depois analisar a coleta de dados, e com o conteúdo das respostas foi observada a eficiência do constructo e o método de análise.

3.7 Limitações de Pesquisa

A pesquisa parte do pressuposto de que o conhecimento sobre Governança Corporativa é importante para a formação dos futuros contadores. Assim permitirá a esses profissionais lidarem com as pressões nas organizações, com sua responsabilidade social, com as mudanças no ambiente financeiro interno e externo, e possibilitará o atendimento aos anseios do mercado e da sociedade.

Levando em consideração o currículo proposto pela Unctad, foi construído um banco de dados sobre a população de IES que podem oferecer o curso de Ciências Contábeis, com as informações oferecidas pelo *site* do MEC e das próprias instituições, partindo das premissas e limitações a seguir:

- (i) todos os dados compilados para o banco de dados estavam atualizados;
- (ii) os participantes responderam ao questionário com informações fidedignas;
- (iii) a formação do docente em contabilidade e a realização de pós-graduação podem não ser suficientes para representar o conhecimento do tema, pois esse não pertence

exclusivamente à área;

- (iv) o curso de contabilidade que não possuir turma formada pode representar a realidade de forma distorcida, já que os alunos podem receber o conteúdo de governança em até quatro disciplinas, que não estão necessariamente no começo do curso.

4 Análises dos resultados

O objetivo geral da pesquisa foi estudar a aderência do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil ao programa proposto pela Unctad, que foi dividido em três escopos específicos: (i) o contexto da abordagem da Governança Corporativa no ensino contábil no país, (ii) a descrição desse conteúdo ensinado nos cursos de graduação e a (iii) análise dos tópicos abordados.

Para alcançar esses propósitos foi utilizado um questionário como procedimento para a coleta de dados junto às IES aptas a oferecerem o curso de Ciências Contábeis e cujas questões foram relacionadas à caracterização da oferta desse conteúdo do currículo global aos estudantes de contabilidade.

A contemplação desses intentos ocorreu com o auxílio de um banco de dados construído com informações do *site* do MEC (2010) e também com informações das próprias instituições. Assim foi possível conhecer o tamanho da população e delimitar a quantidade de IES para abordagem-convite, e por fim chegar a uma amostra com representatividade estatística e composta por meio semiprobabilístico, como discutido na seção 3.4, cuja finalidade é explicar a coleta dos dados.

A amostra da pesquisa contou com IES de diferentes estados, sendo que em duas ocorreram respostas de dois professores, totalizando 46 participantes, cuja distribuição por região está representada em número e porcentagem no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Amostra por região
Fonte: Elaborado pelo autor

Os 46 participantes e suas respectivas IES estão descritos na tabela a seguir:

Tabela 8 – IES participantes da amostra

Nº	IES
1	Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium
2	Centro Universitário do Distrito Federal
3	Centro Universitário Leonardo Da Vinci
4	Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná
5	Centro Universitário Padre Anchieta
6 e 7	Centro Universitário Unirg (2 Professores)
8	Faculdade Alves Faria
9	Faculdade America Latina
10	Faculdade Avantis
11	Faculdade Bardal de Ciências Contábeis
12	Faculdade Capixaba de Nova Venância
13	Faculdade Católica de Tocantins
14	Faculdade Cenecista de Osório
15	Faculdade da Fundação de Ensino da Mococa
16	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu
17	Faculdade de Jaguariúna
18	Faculdade de Jussara
19 e 20	Faculdade do Guarujá (2 Professores)
21	Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá
22	Faculdade Joaquim Nabuco Recife
23	Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza
24	Faculdade Nova Serrana
25	Faculdade Presidente Antonio Carlos de Ipatinga
26	Faculdade Projeção
27	Faculdade Stella Maris
28	Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá
29	Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina
30	Faculdades Integradas de Ariquemes
31	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina
32	Instituto de Ensino Superior COC
33	Instituto de Ensino Superior de Garça
34	Universidade da Região da Campanha
35	Universidade de Brasília
36	Universidade de Mogi das Cruzes
37	Universidade de Sorocaba
38	Universidade do Estado da Bahia
39	Universidade do Sul de Santa Catarina
40	Universidade do Vale do Itajaí
41	Universidade do Vale do Sapucaí
42	Universidade Federal de Uberlândia
43	Universidade Gama Filho
44	Universidade Paraense
45	Universidade Salvador
46	Universidade Santa Cecília

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nas informações fornecidas por essas instituições por meio da resposta da segunda parte do questionário, foi realizada a caracterização do oferecimento do conteúdo de governança nos cursos de graduação, para que fosse possível entender o contexto desse

ensino.

4.1 Caracterização

A caracterização da amostra observou o contexto do oferecimento do conteúdo de Governança Corporativa aos alunos da graduação do curso de Ciências Contábeis no Brasil. O levantamento observou as características relacionadas à existência de uma disciplina específica para o tema, à região do país onde é oferecido o ensino, ao período de oferecimento, ao tipo de IES, à longevidade do curso, e à formação do professor em contabilidade, sua maior titulação e a publicação científica em governança.

Essas características podem ser separadas em dois grupos, cujo primeiro averigua detalhes sobre o curso e a instituição, e o segundo sobre a formação do professor.

4.1.1 Aspectos relacionados ao curso e às IES

Os aspectos observados sobre o funcionamento do curso de Ciências Contábeis e as características das IES procuram identificar um padrão geral relacionado ao oferecimento do conteúdo de governança.

Um fator que pode inferir na oferta desse conhecimento é a presença de uma disciplina específica sobre o tema, pois isso garantiria que os alunos dessa instituição recebessem esse tipo de informação, mesmo que não estivessem totalmente baseados nas ementas do currículo da Unctad.

Para o levantamento dessa informação foram observados os 1182 cursos de contabilidade reconhecidos pelo MEC (2010), dos quais 263 não fornecem dados sobre suas matrizes curriculares em seu *site* na internet, enquanto que 919 disponibilizam, e desses, 33 oferecem uma disciplina específica de Governança Corporativa, representando 2,79% de todas as IES do país. Como a pesquisa foi realizada com base em uma amostra composta por 46 respondentes, o aparecimento dessa disciplina entre os participantes foi distribuído por região, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 – Oferecimento de disciplina específica de Governança Corporativa
Fonte: Elaborado pelo autor

Entre as IES que participaram da pesquisa, 26,09% apresentam essa disciplina, cuja maior quantidade se encontra no Sudeste do país, dado que reflete a população, pois nessa região encontram-se dezenove instituições que oferecem essa matéria, fato que pode favorecer o oferecimento do conteúdo nesses estados, pois nas outras quatro áreas econômico-geográficas a quantidade de respondentes foi de dois participantes.

Em relação ao período de oferecimento do curso pelas instituições da amostra, pode ser destacado que 97,73% são ofertados no período noturno, enquanto que somente 2,27% ocorrem no diurno.

A terceira característica verificada foi o tipo de IES que participaram do estudo, sendo elas classificadas em públicas ou privadas. No total, foram sete públicas e trinta e nove particulares, cuja distribuição pode ser observada no gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Tipo de IES na amostra
Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 4 demonstra que em todas as regiões a participação dos respondentes alocados em IES particulares foi superior à pública, corroborando uma realidade do ensino superior no país cuja quantidade de instituições com fins lucrativos é superior às governamentais.

A característica citada está relacionada à quantidade de novas IES que surgiram devido à reforma legal referente ao ensino superior ocorrida no Brasil no período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (ROSELLA et al, 2006).

A existência de novas instituições ou cursos interfere no estudo, pois como o conteúdo de governança sugerido pela Unctad (2003) prevê que até quatro disciplinas abordem o tema, uma IES que possua um curso no qual não há turmas formadas pode ter sua realidade projetada de forma parcial.

Na pesquisa, duas variáveis abordaram esse constructo e na amostra 71,74% das IES já possuem uma turma formada, e 91,3% participaram do último Enade aplicado ao curso em 2009, ou seja, possuem alunos no mínimo no terceiro ano do curso e que já poderiam ter recebido a maior parte do conteúdo curricular.

4.1.2 Aspectos relacionados ao professor

Os aspectos observados no estudo por meio da amostra que estão relacionados ao professor são: a sua formação como contador, a maior titulação e a realização de pesquisa científica no tema. A formação do professor em contabilidade pode favorecer o entendimento sobre a necessidade desse conhecimento por esses profissionais; para essa variável, o *survey* constatou que quarenta participantes são contadores e seis possuem outra formação na graduação.

Região	Contador	%	Outro	%
Norte	5	13%	1	17%
Nordeste	4	10%	1	17%
Centro-Oeste	6	15%	0	0%
Sudeste	14	35%	3	50%
Sul	11	28%	1	17%
Total	40	100%	6	100%

Quadro 5 – Participação de contadores
Fonte: Elaborado pelo autor

A maior proporção dos respondentes contadores está na região Centro-Oeste, cuja totalidade possui essa formação; porém, de forma geral, 86,96% são contadores e 13,04% não são.

A segunda característica averiguada foi à formação do professor por meio da variável que mensura a sua maior titulação, que envolve o conhecimento, a habilidade e “essa formação [...] é adquirida com a experiência de mercado e com o aperfeiçoamento contínuo por meio de cursos de pós-graduação, como os de especialização e, principalmente, mestrado e doutorado” (ANDERE; ARAUJO, 2008, p.95).

Nesse aspecto, a amostra é composta por trinta e um mestres, treze especialistas e dois doutores, cuja distribuição por região está descrita no gráfico 5.

Gráfico 5 - Titulação dos respondentes por região
Fonte: Elaborado pelo autor

A distribuição das respostas por região permite observar que somente na Norte a quantidade de especialista é superior às demais, que a Sudeste é a única a apresentar doutores, e que 91,67% possuem mestrado na Sul.

O somatório das duas variáveis relativas à formação em contabilidade e à realização de pós-graduação pelos participantes da amostra pode não ser suficiente para garantir proximidade com a Governança Corporativa, pois o tema não pertence exclusivamente à contabilidade e recebe influência de diversas áreas do saber.

A proximidade do respondente com a governança foi verificada por meio da variável que mensura a realização de publicação científica nesse tema.

O resultado é que só 17,39% da amostra já publicou pesquisa científica nessa área,

face ao distanciamento dos 82,61% restantes, cuja distribuição dos participantes está descrita no gráfico a baixo.

Gráfico 6 – Publicação científica com tema em Governança Corporativa
Fonte: Elaborado pelo autor

Essa variável aparece de forma forte na região Sul, pois do total da amostra que já publicou pesquisa nesse tema, 75% está nessa área, representando 50% do que participaram e que são desses três estados.

4.2 Confiabilidade da pesquisa

A confiabilidade da pesquisa passa pela observação da consistência interna do instrumento de coleta de dados, que demonstra a sua validade; nesse estudo a medida utilizada foi o *Alfa de Cronbach*, discutido na seção 3.5, cuja finalidade é explicar a sua função.

Reliability Statistics		
Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
0,90	0,90	16

Quadro 6 – Alfa de Cronbach
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)

A medida obtida foi 0,9, acima do mínimo para aceitação, que é 0,7, e próxima ao valor máximo de 1; portanto, o instrumento de pesquisa possui consistência interna e, segundo Pereira (2004), representa em 90% o impacto real dos constructos observados.

Uma análise criteriosa da qualidade do *survey* pode ser realizada por meio da observação do impacto da retirada de alguma questão no valor do *Alfa de Cronbach*, cujos valores estão apresentados na tabela 9.

Tabela 9 – *Alfa de Cronbach* com a retirada de questões

	<i>Scale Mean if Item Deleted</i>	<i>Scale Variance if Item Deleted</i>	<i>Corrected Item-Total Correlation</i>	<i>Squared Multiple Correlation</i>	<i>Cronbach's Alpha if Item Deleted</i>
11 A	55,83	113,04	0,46	0,47	0,90
11 B	55,78	112,75	0,45	0,65	0,90
11 C	56,11	113,48	0,39	0,68	0,90
11 D	55,67	113,16	0,43	0,68	0,90
12 A	56,48	106,17	0,48	0,90	0,90
12 B	56,46	106,34	0,50	0,85	0,90
12 C	56,87	107,36	0,48	0,74	0,90
12 D	56,59	100,51	0,74	0,78	0,89
13 A	56,35	103,79	0,63	0,67	0,89
13 B	56,80	102,74	0,62	0,73	0,89
13 C	56,59	106,16	0,69	0,65	0,89
13 D	56,76	102,76	0,71	0,75	0,89
13 E	56,35	100,85	0,74	0,81	0,89
13 F	57,07	99,80	0,71	0,73	0,89
13 G	56,00	107,78	0,53	0,72	0,90
13 H	56,26	106,06	0,58	0,60	0,90

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Os dados da última coluna da tabela 9 (*Cronbach's Alpha if Item Deleted*) permitem verificar que a retirada de qualquer questão não aumentaria o valor do indicador de consistência interna da pesquisa e, se fossem retiradas as questões 12D, e 13A até 13F, o resultado seria a diminuição do índice para 0,89.

A análise da qualidade do questionário está relacionada à sua capacidade de mensurar a associação entre as variáveis, como evidenciado na matriz de correlação entre as questões.

Tabela 10 – Matriz de Correlação

	11A	11B	11C	11D	12A	12B	12C	12D	13A	13B	13C	13D	13E	14F	13G	13H
11A	1															
11B	0,53	1														
11C	0,37	0,63	1													
11D	0,38	0,49	0,64	1												
12A	0,20	0,32	0,24	0,27	1											
12B	0,15	0,23	0,23	0,07	0,86	1										
12C	0,15	0,25	0,25	0,25	0,77	0,71	1									
12D	0,30	0,18	0,21	0,17	0,55	0,60	0,62	1								
13A	0,33	0,30	0,21	0,30	0,16	0,17	0,11	0,41	1							
13B	0,24	0,21	0,04	0,10	0,22	0,35	0,17	0,54	0,54	1						
13C	0,42	0,24	0,14	0,25	0,31	0,30	0,17	0,55	0,58	0,65	1					
13D	0,39	0,32	0,12	0,28	0,30	0,30	0,30	0,51	0,50	0,65	0,61	1				
13E	0,29	0,31	0,23	0,27	0,17	0,22	0,21	0,61	0,72	0,61	0,60	0,75	1			
14F	0,34	0,20	0,22	0,27	0,13	0,24	0,29	0,61	0,60	0,64	0,62	0,69	0,70	1		
13G	0,31	0,14	0,34	0,48	0,02	0,02	0,15	0,43	0,53	0,20	0,40	0,43	0,59	0,52	1	
13H	0,29	0,34	0,36	0,30	0,06	0,14	0,08	0,42	0,55	0,50	0,51	0,44	0,55	0,50	0,60	1

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Os dados apresentados nessa matriz cujas relações entre as variáveis apresentam correlações acima de 0,4 estão realçados na tabela 10 e nota-se que há correlação destacada com as questões dentro das três divisões do questionário, que envolvem a empresas (11A até 11D), o conflito de agência (12A até 12D) e os mecanismos de governança (13A até 13H), excetuando a relação entre as questões 11A (a função-objetivo da empresa e sua meta), 11C (a relação contratual entre a empresa e os envolvidos), 11D (o objetivo e a necessidade de informação dos envolvido com a organização), 13B (a remuneração baseado em metas de longo prazo) e 13G (a evidenciação das Demonstrações Contábeis auditadas).

As outras relações entre as questões das três divisões do *survey* em geral apresentam correlação não destacadas, sem realce, menos na relação entre a questão 11A (a função-objetivo da empresa e sua meta) e 13C (a estrutura de propriedade das empresas), e entre a 11D (o objetivo e a necessidade de informação dos envolvidos com a organização) e a 13G (a evidenciação das Demonstrações Contábeis auditadas) corroborando a ideia de que as demonstrações contábeis são a fonte de informações financeiras da empresa para os envolvidos com o negócio.

Para que seja notada a diferença de abordagem do tema pelos professores, deve-se observar a matriz de covariância na tabela 11.

Tabela 11 – Matriz de covariância

	11A	11B	11C	11D	12A	12B	12C	12D	13A	13B	13C	13D	13E	14F	13G	13H
11A	0,48	0,27	0,19	0,19	0,17	0,12	0,12	0,25	0,27	0,21	0,28	0,31	0,25	0,31	0,23	0,22
11B	0,27	0,54	0,35	0,26	0,30	0,20	0,22	0,16	0,26	0,20	0,16	0,27	0,28	0,20	0,11	0,27
11C	0,19	0,35	0,56	0,35	0,23	0,21	0,22	0,19	0,18	0,04	0,10	0,10	0,20	0,22	0,26	0,29
11D	0,19	0,26	0,35	0,52	0,25	0,06	0,21	0,15	0,26	0,09	0,17	0,23	0,23	0,26	0,36	0,24
12A	0,17	0,30	0,23	0,25	1,61	1,33	1,14	0,86	0,23	0,36	0,37	0,42	0,26	0,22	0,02	0,09
12B	0,12	0,20	0,21	0,06	1,33	1,47	1,00	0,89	0,24	0,53	0,34	0,41	0,33	0,38	0,02	0,18
12C	0,12	0,22	0,22	0,21	1,14	1,00	1,35	0,88	0,15	0,25	0,19	0,39	0,30	0,45	0,19	0,10
12D	0,25	0,16	0,19	0,15	0,86	0,89	0,88	1,50	0,59	0,84	0,63	0,71	0,90	0,99	0,55	0,56
13A	0,27	0,26	0,18	0,26	0,23	0,24	0,15	0,59	1,37	0,81	0,63	0,66	1,02	0,93	0,65	0,70
13B	0,21	0,20	0,04	0,09	0,36	0,53	0,25	0,84	0,81	1,60	0,77	0,92	0,94	1,07	0,27	0,69
13C	0,28	0,16	0,10	0,17	0,37	0,34	0,19	0,63	0,63	0,77	0,88	0,64	0,68	0,76	0,39	0,52
13D	0,31	0,27	0,10	0,23	0,42	0,41	0,39	0,71	0,66	0,92	0,64	1,26	1,02	1,02	0,51	0,54
13E	0,25	0,28	0,20	0,23	0,26	0,33	0,30	0,90	1,02	0,94	0,68	1,02	1,46	1,13	0,74	0,73
14F	0,31	0,20	0,22	0,26	0,22	0,38	0,45	0,99	0,93	1,07	0,76	1,02	1,13	1,75	0,72	0,72
13G	0,23	0,11	0,26	0,36	0,02	0,02	0,19	0,55	0,65	0,27	0,39	0,51	0,74	0,72	1,09	0,68
13H	0,22	0,27	0,29	0,24	0,09	0,18	0,10	0,56	0,70	0,69	0,52	0,54	0,73	0,72	0,68	1,18

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Os dados da tabela 11 superiores a um estão destacados, e os outros não; com base neles pode ser verificada a existência de variação nas respostas dos entrevistados, que quase em sua totalidade esteve no intervalo entre zero e um, podendo chegar até a 1,61.

A existência de variação na opinião dos entrevistados funciona como balizador para a qualidade dos constructos, pois esses conseguem perceber que os professores lecionam alguns tópicos do conteúdo de maneira diferente, principalmente em relação à profundidade da abordagem e à relação com os mecanismos de governança, fato que está explicado na seção que comenta os dados obtidos de forma descritiva.

4.3 Estatística descritiva

A análise descritiva da pesquisa envolveu a divisão das questões da terceira parte do *survey* em dois grupos; o primeiro aborda os intentos sobre a empresa e sobre o conflito de agência, e o segundo aborda os mecanismos de governança, para assim observar a média, a mediana, o desvio padrão e a análise gráfica da abordagem desse conteúdo nas IES da

amostra.

Os dados sobre a abordagem dos tópicos relacionados à empresa e sobre o conflito de agência seguem abaixo:

Tabela 12– Porcentagem de respostas relativas à empresa e ao conflito de agência

	11A	11B	11C	11D	12A	12B	12C	12D
1	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,70%	6,52%	8,70%	10,87%
2	0,00%	2,17%	2,17%	0,00%	6,52%	8,70%	13,04%	2,17%
3	13,04%	8,70%	19,57%	13,04%	30,43%	28,26%	39,13%	34,78%
4	43,48%	41,30%	52,17%	28,26%	19,57%	23,91%	21,74%	26,09%
5	43,48%	47,83%	26,09%	58,70%	34,78%	32,61%	17,39%	26,09%
Média	4,3	4,3	4,0	4,5	3,7	3,7	3,3	3,5
Mediana	4	4	4	5	4	4	3	4
Desvio Padrão	0,70	0,74	0,75	0,72	1,27	1,21	1,16	1,22

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Por meio do percentual de respostas coletadas e agrupadas na escala de *Likert*, que para 1 significa que o conteúdo não é ensinado, e 5 significa que é completamente explanado, pode ser destacado a elevada abordagem dos tópicos referentes à empresa (11A até 11D), em que três questões apresentam a maioria das respostas no máximo, e com o mínimo de 43,48% de representatividade.

Os dois primeiros conteúdos (12A e 12B) da parte referente aos conflitos de agência também possuem abordagem elevadas, mas com representatividade média na casa dos 33%, o que reflete uma queda no ensino desses tópicos.

Esses dados permitem perceber que a abordagem desses temas não está ocorrendo de forma igual nas IES da amostra, devido à mediana da metade das questões estar abaixo da média, e do desvio padrão ser próximo a 1.

A diferença de abordagem pode ser notada pelo gráfico 7, que demonstra a média das respostas escolhidas pelos participantes da amostra.

Gráfico 7 – Respostas médias referentes à empresa e ao conflito de agência
Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico representa a média das respostas dos 46 participantes, e por meio dele pode ser notada a tendência de diminuição na abordagem dos conteúdos; assim, os tópicos ementários ligados ao conflito de agência estão sendo apresentados aos alunos, mas não são aprofundados.

As assertivas relacionadas aos mecanismos de governança são representadas pelas questões 13A a 13H, e a descrição das suas respostas coletadas é apresentada na tabela 13.

Tabela 13– Porcentagem de respostas relativas aos mecanismos de governança

	13A	13B	13C	13D	13E	13F	13G	13H
1	6,52%	13,04%	4,35%	6,52%	6,52%	19,57%	4,35%	4,35%
2	8,70%	6,52%	4,35%	10,87%	6,52%	10,87%	0,00%	4,35%
3	15,22%	36,96%	36,96%	41,30%	26,09%	26,09%	21,74%	26,09%
4	39,13%	21,74%	41,30%	21,74%	23,91%	30,43%	26,09%	30,43%
5	30,43%	21,74%	13,04%	19,57%	36,96%	13,04%	47,83%	34,78%
Média	3,8	3,3	3,5	3,4	3,8	3,1	4,1	3,9
Mediana	4	3	4	3	4	3	4	4
Desvio Padrão	1,17	1,27	0,94	1,12	1,21	1,32	1,05	1,09

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Os dados da tabela 13 evidenciam que três mecanismos de governança são explanados na média de forma elevada: o conselho fiscal (13E), a evidenciação das Demonstrações Contábeis auditadas (13G) e a relação entre o desenvolvimento global e a Governança Corporativa (13H).

Entre os outros mecanismos, existe a abordagem, cuja média geral fica abaixo de 4, sendo que a mediana é inferior à média na metade das questões e o desvio padrão varia entre 0,94 e 1,27.

O desvio padrão em relação à média das respostas sobre o ensino dos mecanismos de governança pode ser observado no gráfico 8, que agrupa todas as respostas.

Gráfico 8 – Distribuição de respostas pelas questões sobre os mecanismos de governança
Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo os dados expostos no gráfico 8, quase todas as questões foram anotadas em todas as possibilidades da escala, menos a 13G (a evidenciação das Demonstrações Contábeis auditadas), o que evidencia uma distribuição média de abordagens desses conteúdos.

Outro fator interessante é a quantidade de respondentes que assinalaram as três primeiras opções da escala, que, se comparada às questões sobre a empresa e sobre o conflito de agência, demonstra que a abordagem a esses tópicos ementários é inferior aos dois primeiros.

Para a análise da abordagem de todos os conteúdos de Governança Corporativa e suas respectivas profundidades, segue o gráfico 9.

Gráfico 9 – Média das respostas
Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados contidos no gráfico 9, que representam a resposta média da amostra que participou da pesquisa, evidenciam que existe a abordagem do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil das IES pesquisadas. O alcance diverge em relação aos grupos de conteúdo ementários, pois existe o decrescimento da explanação dos tópicos sobre o conflito de agência e sobre os mecanismos de governança em relação aos da empresa.

4.3.1 Estudo das variáveis de caracterização no ensino da governança

Essa seção da pesquisa possui o objetivo de verificar a existência de impacto no ensino de governança das variáveis relacionadas ao curso e à IES, e também ao professor.

A averiguação das variáveis relacionadas ao curso e à instituição de ensino envolve a região onde se localiza fisicamente, o seu tipo e a existência de uma disciplina exclusiva sobre o tema.

A observação da região envolveu a divisão da amostra em três grandes regiões: a Centro-Norte e a Sudeste, com 17 IES cada, e a Sul, com 12.

A junção das IES situadas no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste em uma nova região intitulada Centro-Norte está relacionada à proximidade média das respostas entre esses participantes da amostra e a quantidade regional de instituições que separadas seriam de no máximo a metade em comparação com o Sul e menos ainda ao Sudeste. Com base nessa nova classificação, segue a representação das respostas no gráfico 10.

Gráfico 10 – Efeito Região

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados apresentados graficamente evidenciam que na média as IES do Sul do país oferecem o conteúdo de Governança Corporativa com maior aderência ao currículo da Unctad comparando-o ao Sudeste e ao Centro-Norte. Essa diferença é notada nos três conjuntos de conteúdos ementários: a empresa (11A até 11D), o conflito de agência (12A até 12D) e os mecanismos de governança (13A até 13H).

A observação do oferecimento de governança em relação ao tipo de IES, que pode ser classificada como pública ou privada, está representado no gráfico 11.

Gráfico 11 – Efeito Tipo de IES

Fonte: Elaborado pelo autor

O oferecimento desse conteúdo é próximo entre os dois tipos de instituições, sendo que na média a IES pública é superior à particular, devido ao ensino dos temas referentes ao conflito de agência (12A até 12D), e a abordagem da governança em relação à existência de uma disciplina exclusiva está descrita no gráfico 12.

Gráfico 12 – Efeito disciplina exclusiva

Fonte: Elaborado pelo autor

As IES que oferecem uma disciplina exclusiva sobre governança possuem uma

abordagem média superior às que não possuem essa matéria devido ao maior aprofundamento em temas relacionados aos custos de agência (12D) e à estrutura de propriedade da empresa (13C).

O segundo grupo de variáveis observadas engloba: (i) a formação dos participantes da amostra em contabilidade, (ii) a titulação e (iii) a publicação científica em governança.

As respostas médias dos participantes da amostra foram divididas segundo a sua formação em contabilidade e estão representadas no gráfico 13.

Gráfico 13 – Efeito profissão

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 13 demonstra que a abordagem dos contadores é superior aos formados em outras áreas, e essa diferença é explicada pela maior aderência ao currículo da Unctad no ensino dos tópicos referentes aos conflitos de agência (12A até 12D), mas na parte relativa à empresa e aos mecanismos de governança os dois grupos são próximos.

Em relação à titulação, a região que possui a maior quantidade proporcional de pós-graduados *stricto sensu* é a Sul, com 91,67%, seguida pela Centro-Oeste, com 83,33%, e a Sudeste, com 70,59%, e a distribuição média das respostas segundo a titulação está contida no gráfico 14.

Gráfico 14 – Efeito titulação

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao separar os participantes da amostra pela maior titulação ficou evidente o distanciamento entre o aprofundamento da abordagem dos doutores para os mestres e especialistas; o próximo efeito observado é o da publicação científica no tema, e seu reflexo na abordagem do conteúdo pela amostra está no gráfico 15.

Gráfico 15 – Efeito publicação
Fonte: Elaborado pelo autor

Na média, a abordagem dos que já publicaram algum documento científico com tema de governança é superior, e isso ocorre devido ao maior aprofundamento em conteúdos como a congruência de metas na empresa (12B), as regulamentações locais (12C), o mercado de trabalho como mecanismo de governança (13D) e o conselho fiscal das empresas (12E).

4.4 Análise fatorial

A análise fatorial é uma técnica multivariada utilizada para condensar as informações contidas nas respostas da amostra em um conjunto menor de fatores capaz de explicar o conteúdo de governança ensinado nos cursos de Ciências Contábeis. Nesse estudo foi realizado o teste do tipo *R-mode factor analyses*, com o número de fatores escolhidos pelo critério *Kaiser*, e com o método de rotação do tipo *Varimax*, conforme exposto da seção 3.6, cujo objetivo é explanar esses critérios.

Tabela 14 - Teste de normalidade

Questões	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
11A	0,28	46	0,00	0,78	46	0,00
11B	0,29	46	0,00	0,77	46	0,00
11C	0,27	46	0,00	0,83	46	0,00
11D	0,36	46	0,00	0,71	46	0,00
12A	0,20	46	0,00	0,86	46	0,00
12B	0,19	46	0,00	0,87	46	0,00
12C	0,20	46	0,00	0,90	46	0,00
12D	0,20	46	0,00	0,86	46	0,00
13A	0,27	46	0,00	0,84	46	0,00
13B	0,20	46	0,00	0,88	46	0,00
13C	0,23	46	0,00	0,87	46	0,00
13D	0,22	46	0,00	0,90	46	0,00
13E	0,21	46	0,00	0,85	46	0,00
13F	0,19	46	0,00	0,89	46	0,00
13G	0,28	46	0,00	0,77	46	0,00
13H	0,20	46	0,00	0,85	46	0,00

(a) Lilliefors Significance Correction

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

A aplicação dessa técnica passa pela observação da normalidade das variáveis utilizadas no estudo, cujos dados foram descritos na tabela 14, pois esse é um pressuposto para a realização da análise, e seu resultado impacta no tipo de método utilizado para a extração de fatores, que pode ser o da máxima verossimilhança ou dos componentes principais.

A tabela 14 contém os resultados do teste de normalidade das variáveis utilizadas no estudo, e a distribuição dessas não é normal, pois a significância é menor que 0,05 em ambos os testes, e por isso o método utilizado de estimação para extração de fatores foi o de componentes principais; assim, a técnica já pode ser aplicada, e os dados, analisados.

4.4.1 Primeira análise fatorial

A primeira aplicação da técnica fatorial envolveu as dezesseis variáveis contidas na terceira parte do questionário. O seu objetivo é captar o que está sendo lecionado de governança no ensino contábil no país, e a análise envolveu dois testes de adequação, a observação da matriz de correlação anti-imagem e as comunalidades.

<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy</i>		0,77
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	491,89
	df	120,00
	Sig.	0,00

Quadro 7 – Testes de adequação da primeira análise fatorial
 Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Os testes de adequação apresentaram resultados favoráveis à aplicação da técnica, pois o KMO aferiu 0,77, acima do mínimo de 0,5, e obteve significância zero de esfericidade.

Tabela 15 – Matriz de correlação anti-imagem

	11A	11B	11C	11D	12A	12B	12C	12D	13A	13B	13C	13D	13E	13F	13G	13H
11A	0,76															
11B	-0,41	0,71														
11C	-0,02	-0,46	0,66													
11D	-0,06	-0,01	-0,51	0,63												
12A	0,10	-0,17	0,21	-0,45	0,59											
12B	-0,05	0,17	-0,36	0,47	-0,74	0,67										
12C	0,10	-0,11	0,05	-0,05	-0,38	-0,04	0,81									
12D	-0,23	0,18	-0,04	0,23	-0,25	0,02	-0,30	0,80								
13A	-0,14	-0,05	0,12	0,01	-0,22	0,06	0,09	0,28	0,81							
13B	0,12	-0,05	0,19	-0,21	0,24	-0,29	0,12	-0,26	-0,20	0,78						
13C	-0,23	0,11	0,02	0,04	-0,34	0,18	0,28	-0,07	-0,06	-0,25	0,88					
13D	-0,23	-0,09	0,25	-0,03	-0,21	0,05	-0,05	0,31	0,36	-0,28	-0,03	0,79				
13E	0,29	-0,20	-0,09	0,06	0,17	-0,03	0,07	-0,40	-0,49	0,01	-0,03	-0,53	0,81			
13F	0,00	0,09	-0,13	-0,09	0,39	-0,13	-0,29	-0,23	-0,24	-0,14	-0,22	-0,32	0,04	0,86		
13G	-0,10	0,30	-0,01	-0,39	0,20	-0,06	-0,08	-0,23	-0,20	0,44	-0,05	-0,14	-0,16	-0,02	0,74	
13H	0,14	-0,22	-0,16	0,11	0,10	-0,05	0,06	-0,09	-0,12	-0,27	-0,13	-0,02	0,11	0,09	-0,43	0,85

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

A observação do poder de explicação dos fatores ocorreu por meio da observação das correlações contidas na tabela 15, cujas variáveis destacadas apresentam valor acima de 0,5, caracterizando a continuação das questões.

A tabela 16 apresenta o escore obtido para cada questão e esse “avalia a contribuição da variável ao modelo construído pela análise fatorial, sendo que uma comunalidade baixa sugere uma contribuição modesta” (PEREIRA, 2004, p.124).

Tabela 16 – Comunalidades

Questões	Initial	Extraction
11A	1	0,43
11B	1	0,64
11C	1	0,77
11D	1	0,69
12A	1	0,89
12B	1	0,86
12C	1	0,77
12D	1	0,75
13A	1	0,64
13B	1	0,68
13C	1	0,64
13D	1	0,67
13E	1	0,78
13F	1	0,72
13G	1	0,56
13H	1	0,58

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Para Hair Junior et al (2005), a comunalidade representa a explicação da variância pela solução fatorial, e as variáveis em negrito na tabela 16 estão abaixo do escore de 0,7 e devem ser retiradas do modelo, pois possuem baixa contribuição na explicação por fatores do conteúdo de governança lecionado pelas IES da amostra.

4.4.2 Segunda análise fatorial

A segunda aplicação da técnica fatorial envolveu as sete variáveis contidas na terceira parte do questionário, que apresentaram correlação na matriz anti-imagem acima de 0,5 e comunalidades maior ou igual a 0,7, e a análise dessas variáveis envolveu dois testes de adequação, a observação da matriz de correlação anti-imagem e as comunalidades.

Os dois testes de adequação são o KMO, que apresenta desempenho inferior à primeira análise, e o *Bartlett test*, que apresenta escore igual e estão contido no quadro 8.

<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy</i>		0,76
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	184,47
	df	21,00
	Sig.	0,00

Quadro 8 – Testes de adequação da segunda análise fatorial
 Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Os testes de adequação apresentaram resultados favoráveis à aplicação da técnica, pois o KMO aferiu 0,76, acima do mínimo de 0,5, porém menor que o 77% obtido na primeira tentativa, e o outro teste de adequação observou a esfericidade e obteve significância zero.

Tabela 17 – Matriz de correlação anti-imagem para a segunda análise

	11C	12A	12B	12C	12D	13E	13F
11C	0,87						
12A	-0,08	0,70					
12B	-0,01	-0,69	0,77				
12C	-0,08	-0,45	-0,01	0,83			
12D	0,10	-0,06	-0,19	-0,27	0,84		
13E	-0,12	-0,07	0,07	0,20	-0,37	0,70	
13F	-0,10	0,27	-0,09	-0,17	-0,29	-0,49	0,71

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

O exame a tabela 17 evidencia o poder de explicação dos fatores por meio da observação das correlações das sete variáveis, cujos dados em destaque apresentam valor acima de 0,5, caracterizando a continuação das questões.

Tabela 18 – Comunalidades para a segunda análise fatorial

Questões	Initial	Extraction
11C	1	0,17
12A	1	0,91
12B	1	0,85
12C	1	0,79
12D	1	0,79
13E	1	0,82
13F	1	0,83

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

A tabela 18 apresenta as comunalidades para cada questão, e a questão 11C (a relação contratual entre a empresa e os envolvidos), em negrito, está abaixo do escore mínimo de 0,7 e, assim, deve ser retirada do modelo que explicará em menos fatores o conteúdo lecionado.

4.4.3 Terceira análise fatorial

A terceira e última aplicação da técnica fatorial envolveu as seis variáveis contidas na terceira parte do questionário que apresentaram correlação na matriz anti-imagem acima de 0,5 e comunalidades maior ou igual a 0,7. A análise dessas questões envolveu dois testes de adequação, a observação da matriz de correlação anti-imagem, as comunalidades, o poder de explicação dos fatores e a sua composição.

<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.</i>		0,75
<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>	<i>Approx. Chi-Square</i>	180,81
	df	15
	Sig.	0,00

Quadro 9 – Testes de adequação da terceira análise fatorial

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Os testes de adequação apresentaram resultados favoráveis à aplicação da técnica, pois o KMO aferiu 0,75, acima do mínimo de 0,5; porém, menor do que os resultados obtidos nas outras tentativas, pois nessa o teste de esfericidade apresentou significância zero.

Tabela 19 - Matriz de correlação anti-imagem para a terceira análise

	12A	12B	12C	12D	13E	13F
12A	0,69					
12B	-0,69	0,76				
12C	-0,46	-0,01	0,82			
12D	-0,06	-0,19	-0,27	0,85		
13E	-0,08	0,07	0,19	-0,36	0,69	
13F	0,26	-0,10	-0,18	-0,28	-0,51	0,69

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

A observação da tabela 19 evidência o poder de explicação dos fatores por meio da observação das correlações das seis variáveis, cujos dados em destaque apresentam valor acima de 0,5, caracterizando a continuação das questões.

As comunalidades das seis variáveis apresentaram valores acima de 0,7, que segundo Bezerra (2009) é o mínimo necessário para a continuidade da questão no modelo, e esses dados podem ser observados na tabela 20.

Tabela 20 - Comunalidades para a terceira análise fatorial

Questões	Initial	Extraction
12A	1	0,91
12B	1	0,86
12C	1	0,79
12D	1	0,81
13E	1	0,83
13F	1	0,83

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Após a verificação das comunalidades das variáveis, e como todas possuem valor igual ou acima de 0,7, a próxima etapa é a verificação do grau de explicação obtido pela análise fatorial.

Tabela 21 – Variância explicada

<i>Initial Eigenvalues</i>				<i>Extraction Sums of Squared Loadings</i>			<i>Rotation Sums of Squared Loadings</i>		
	Total	Variance	Cumulative	Total	Variance	Cumulative	Total	Variance	Cumulative
12A	3,49	58,17%	58,17%	3,49	58,17%	58,17%	2,85	47,58%	47,58%
12B	1,54	25,63%	83,80%	1,54	25,63%	83,80%	2,17	36,22%	83,80%
12C	0,35	5,81%	89,61%						
12D	0,27	4,46%	94,07%						
13E	0,24	4,04%	98,12%						
13F	0,11	1,88%	100,00%						

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

Os dados contidos na tabela 21 demonstram que o poder de explicação do modelo com dois fatores é de 83,8%, que a variável que possui a maior carga de explicação é a 12A (a maximização da riqueza aos acionistas) e a composição dos fatores está descrita na tabela 22.

Tabela 22 – Composição dos fatores

Questões	Fator 1	Fator 2
12A	0,81	-0,50
12B	0,83	-0,40
12C	0,82	-0,33
12D	0,87	0,22
13E	0,58	0,70
13F	0,60	0,69

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do software SPSS®

A composição desses fatores é explicada pelas cargas contidas nas variáveis; assim, os dois fatores expostos na tabela 22 são compostos por seis questões, cujas quatro primeiras (em cinza claro) estão relacionadas ao fator que engloba os intentos relativos ao conflito de agência, e o segundo fator, que possui duas variáveis (em cinza escuro), lida com os mecanismos de governança.

O modelo foi capaz de explicar em 83,8% o conteúdo de governança lecionado pelas IES da amostra por meio de dois fatores, cujos conteúdos estão apresentados a seguir:

1. Conflito de Agência:
 - a. A maximização da riqueza aos acionistas.
 - b. A congruência de metas.
 - c. As regulamentações locais.
 - d. Os custos de agência.
2. Mecanismos de Agência:
 - a. O conselho fiscal das empresas.
 - b. O funcionamento do mercado de aquisição hostil.

O conteúdo de governança abordado pelos cursos de graduação de Ciências Contábeis das IES pesquisadas é explicado por esse modelo. Esse modelo engloba os conflitos de agência envolvidos na delegação de poder pelo proprietário-acionista, os seus custos de agência, os dois objetivos os quais a empresa pode escolher e por dois mecanismos, um ligado ao monitoramento, e o segundo a aquisição do controle.

Nesse contexto, o estudo verificou a aderência do conteúdo de Governança

Corporativa no ensino contábil no Brasil ao programa proposto pela Unctad, observando especificamente o contexto dessa abordagem e a descrição do conteúdo ensinado; por fim foi realizada uma análise dos tópicos lecionados.

A pesquisa, na busca desses objetivos, teve como limitação a desatualização das informações coletadas no *site* do MEC e das próprias instituições. A possibilidade das respostas coletadas não serem fidedignas, também pode ser um limitador. Outra questão de limitação é a proximidade do docente com o conteúdo analisado, pois a formação do docente em contabilidade e a realização de pós-graduação podem não ser suficientes para representar o conhecimento do tema, pois esse não pertence exclusivamente à área; por último, é ressaltado que, o curso de contabilidade ao não possuir turma formada, pode representar a realidade de forma distorcida, já que os alunos podem receber o conteúdo de governança em até quatro disciplinas que não estão necessariamente no começo do curso.

Assim, levando em consideração as limitações anteriormente citadas, foi aceita a proposição de pesquisa P₁: as instituições de ensino superior no Brasil que estão habilitadas a oferecer o curso de Ciências Contábeis abordam o conteúdo de Governança Corporativa, mas esse não está aderente ao currículo da Unctad, pois ao lecionarem esse conteúdo, em geral os professores não aprofundam os tópicos relacionados aos conflitos de agência e aos mecanismos de governança. Tais tópicos, somados, correspondem à maior parte do conjunto ementário proposto para essa temática pelo currículo mundial para os contadores.

5 Considerações finais

O ambiente do ensino superior no Brasil passou por diversas modificações no período histórico recente e essas transformações são observadas como efeitos da mudança no ambiente institucional, do processo de internacionalização e da globalização.

A mudança institucional ocorreu no âmbito do MEC, que retirou a obrigação dos currículos mínimos para os cursos de graduação; o processo de internacionalização é explicado pela influência da Unesco e sua busca para valorização e incentivo ao ensino, e pela globalização, por meio da movimentação de ideias e ideais das sociedades dominantes para as demais.

Nesse cenário, a ONU propôs por meio da Unctad um currículo global para o contador, que deve ser capaz de aplicar uma determinada quantidade de técnicas e também de influenciar positivamente a economia mundial.

A importância da contabilidade no sistema capitalista está ligada à sua função de artefato de controle das empresas pela sociedade, que monitora, e oferece informação financeira aos envolvidos com o negócio; devido aos recorrentes problemas no mercado financeiro, que destroem a riqueza em um ambiente cujos recursos são limitados, é que se torna relevante preocupar-se com o domínio da Governança Corporativa pelos contadores.

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi estudar a aderência do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil ao programa proposto pela Unctad. Foi observando especificamente o contexto desse ensino no país e a descrição do referido conteúdo abordado nos cursos de graduação, e assim analisado.

Para contemplar esse objetivo foi construído um questionário com base nas ementas do conteúdo de governança contidas no currículo da Unctad e aplicado a uma amostra semiprobabilística com nível de confiança de 95%, erro amostral de 2%, e composta por 46 participantes de IES espalhadas pelas cinco regiões do país, cujo instrumento de pesquisa apresentou o coeficiente de confiabilidade conhecido como Alfa de Cronbach de 0,9.

O contexto para o oferecimento desse conteúdo aos alunos foi observado por meio da existência de uma disciplina específica para o tema, do período de oferecimento, do tipo de IES, da longevidade do curso, e por meio da formação em contabilidade do professor, sua maior titulação e a publicação científica em governança.

O curso de Ciências Contábeis no Brasil pode ser ofertado por 1182 IES, entretanto 919 disponibilizam sua matriz curricular na internet e 33 dessas oferecem uma disciplina

específica, representando 2,79% de todas as instituições.

A quase totalidade dos cursos acontece no período noturno, em IES particulares. Dessa amostra, 91,3% participou do último Enade, aplicado ao curso em 2009, ou seja, possuem alunos no mínimo no terceiro ano do curso e que já poderiam ter recebido a maior parte do conteúdo curricular.

A maior proporção dos respondentes contadores está na região Centro-Oeste, e de forma geral 86,96% dos participantes da pesquisa possuem essa profissão e 13,04% não, sendo que 4,35% são doutores, 67,39% são mestres e 28,26% são especialistas. A região Sul se diferencia, pois a maior quantidade proporcional (91,67%) de professores tem pós-graduação do tipo *stricto sensu*.

A análise descritiva da pesquisa envolveu a terceira parte do questionário na qual se pôde observar que o conteúdo de governança está sendo explanado, mas de forma diferente em relação aos três grupos de conteúdos, à titulação do responsável e à região sede da IES.

O grupamento de conteúdo cuja abordagem é próxima ao desejado pela Unctad é o referido à Empresa, sendo que a profundidade diminui em relação ao conflito de agência e cai quando se observa os mecanismos de governança, só voltando a aumentar na parte final que observa o ensino da evidenciação das demonstrações contábeis auditadas (13G) e da relação entre desenvolvimento global e Governança Corporativa (13H).

Um segundo aspecto que provavelmente influencie o oferecimento desse conteúdo é a titulação do responsável. Em média as IES cujos doutores participaram possuem maior abrangência em relação aos mestres e especialistas, e por fim a região Sul está mais aderente ao currículo global do que o restante do país.

A análise do conteúdo lecionado no país foi feita por meio da técnica fatorial, um método multivariado utilizado para condensar as informações contidas nas respostas da amostra em um conjunto menor de fatores capaz de explicar o conteúdo de governança ensinado nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil e que apresentou KMO de 0,75 e *Bartlett's Test* com índice de significância zero e cujo poder de explicação do modelo é de 83,8%.

Assim, o conteúdo de governança abordado nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no país é explicado por um modelo. Esse modelo contém dois fatores que englobam os conflitos de agência envolvidos na delegação de poder pelo proprietário-acionista, pelos seus custos de agência, pelos dois objetivos pelos quais a empresa pode escolher e por dois mecanismos, um ligado ao monitoramento e o outro à aquisição do controle, e com base nesses dados e nas três proposições da pesquisa, que são:

P₀: As instituições de ensino superior no Brasil que estão habilitadas a oferecerem o curso de Ciências Contábeis não abordam o conteúdo de Governança Corporativa.

P₁: As instituições de ensino superior no Brasil, que estão habilitadas a oferecerem o curso de Ciências Contábeis abordam o conteúdo de Governança Corporativa, mas esse não está aderente ao currículo da Unctad.

P₂: As instituições de ensino superior no Brasil que estão habilitadas a oferecerem o curso de Ciências Contábeis abordam o conteúdo de Governança Corporativa e esse está aderente ao currículo da Unctad.

As três proposições da pesquisa foram analisadas em relação aos dados coletados, e com base nos resultados já comentados o ensino do conteúdo de Governança Corporativa nas IES da amostra é descrito pela P₁, pois as instituições de ensino superior no Brasil que estão habilitadas a oferecer o curso de Ciências Contábeis abordam na média esse conteúdo, mas esse não está aderente ao currículo da Unctad, devido ao distanciamento no ensino dos temas ementários relacionado aos conflitos de agência e aos mecanismos de governança, bem como à diferença existente em relação à região na qual se encontra a instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

AGGESTAM, C. Towards a global accounting qualification?: a report from the 16th session of the ISAR group of the UN palais de Nations, Geneva, 17–19 February 1999. **European Accounting Review**, London, v.8, n.4, p. 805-813, 1999.

_____. Accounting education, training and qualifications in selected countries in West Africa. **ABWA Journal**, Abuja, v.1, n.6, p. 06-17, 2009.

ALCHIAN, A. A.; DEMSETZ, H. Production, information costs and Economic Organization. **The American Economic Review**, Nashville, v. 62, n. 5, p. 777-795, 1972.

ALTBACH, P. G.; TEICHER, U. Internationalization and Exchanges in a Globalized University. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, v. 5, n.1, p. 5-25, 2001.

ANDERE, M. A.; ARAUJO, A. M. P. Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 91-102, 2008.

AKERLOF, G. A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

BEZERRA, F. A. Análise Fatorial. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Coord). **Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. 1 ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Regulamento do novo mercado**. 2002. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/Folder_NovoMercado.pdf> acesso em 08 fev. 2011.

BRASIL. Lei 6.407 de 1976, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõem sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 17 Dez. 1976. Suplemento, p. 1.

_____. Lei 10.303 de 2001, de 31 de Outubro de 2001. Altera e dispõe sobre a lei 6407 de 1976 que dispõem sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 01 Nov. 2001, p. 4.

_____. **Parecer 269 do Conselho Nacional de Educação, de 16 de Setembro de 2004.** Altera o parecer CNE/CES n. 289/2003 e da resolução CNE/CES n.6/2004, relativas às diretrizes curriculares nacionais do curso de Ciências Contábeis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 25 Out. 2004. Seção 1, p. 96.

BRENNAN, N. M.; SOLOMON, J. Corporate governance, accountability and mechanisms of accountability: an overview. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Adelaide, v. 21, n. 7, p. 885-906, 2008.

BRISOLLA JUNIOR, C. B. **A remuneração variável mudando paradigmas na administração salarial: um estudo no setor bancário brasileiro.** 2004. 224f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2004.

CARVALHAL DA SILVA, A. L. Governança Corporativa, valor, alavancagem e política de dividendos das empresas brasileiras. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 348-361, 2004.

_____. **Governança Corporativa e sucesso empresarial.** São Paulo: Saraiva, 2006.

CHRISTOPHER, J. Corporate governance: a multi-theoretical approach to recognizing the wider influencing forces impacting on organizations. **Critical Perspectives on Accounting**, Florida, v. 21, n. 8, p. 683-695, 2010.

CLAESSENS, S. et al. Disentangling the incentive and entrenchment effects of large shareholdings. **Journal of Finance**, Berkeley, v. 57, n. 6, p. 2741-2771, 2002.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico.** 2008. Disponível em < http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução 10 de 16 de Dezembro de 2004.** Ratifica a resolução CNE/CES n. 10/2004, relativa à instituição das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 17 Mar. 2005. Seção 1, p. 9.

CYERT, R. M.; HEDRICK, C. L. Theory of the Firm: past, present and future. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 10, n. 2, p. 398–412, 1972.

CZESNAT, A. O.; CUNHA, J. V. A.; DOMINGUES, M. J. C. S. Análise comparativa entre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis das universidades do estado de Santa Catarina listadas pelo MEC e o currículo mundial proposto pela ONU/Unctad/ISAR. **Revista Gestão e Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 25, n. 75, p. 22-30, 2009.

DAVIS, J.; SCHORMAN, F. D.; DONALDSON L. Toward a Stewardship Theory of Management. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 22, n. 1, p. 20-47, 1997.

DAMI, A. B. T.; ROGERS, P.; RIBEIRO, K. C. S. Estrutura de propriedade no Brasil: evidências empíricas no grau de concentração acionária. **Contexto - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 21–30, 2007.

DELORS, Jaques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMSETZ, H. Toward a theory of property rights. **The American Economic Review**, Nashville, v. 57, n. 2, p. 347-359, 1967.

ERFURTH, A. E. **Currículo mundial e o ensino de contabilidade: estudo dos cursos de graduação em ciências contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e argentinas**. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau, 2009.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of Ownership and Control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, n. 2, p. 301-307, 1983.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.

FELIU, V. R.; ROSA, L. La formación del profesional de contabilidad frente a las necesidades del mercado: comparacion del caso brasileño, español e portugués. **Revista del Instituto Internacional de Costos**, Madrid, n.7, p. 71-114, 2010.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105–112. 2000.

FURUTA, F.; SANTOS, A. Comitê de auditoria *versus* conselho fiscal adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 01-23, 2010.

GUERRA, S. **Os papéis do conselho de administração em empresas listadas no Brasil**. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2009.

HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código de melhores práticas de Governança Corporativa**. 4 ed. 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>> Acesso em: 20 de ago. 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **International Education Standards Two: Content of Professional Accounting Education Programs**. 2005. Disponível em: < <http://www.ifac.org> > Acesso em 24 jul. 2010.

_____. **Handbook of international education pronouncements**. 2009. Disponível em: < <http://www.ifac.org> > Acesso em 05 jul. 2010.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Rochester, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JENSEN, M. C. Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function. **Journal of Applied Corporate Finance**, Malden, v. 14, n. 3, p. 8-21, 2001.

MACCABE, L. T. Internationalization and Exchanges in a Globalized University. **Journal of Studies in International Education**, Thousand Oaks, v. 5, n. 2, p. 138-145, 2001.

MAGALHÃES, F. A. C.; ANDRADE, J. X. A educação contábil no Estado do Piauí diante da proposta de convergência internacional do currículo de contabilidade concebida pela ONU/Unctad/Isar. In: 6o CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIURA, I. K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. São Paulo. 2006. 365f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Instituições de ensino superior e cursos cadastrados**. 2010. Disponível em: < <http://www.emec.mec.gov.br> > Acesso em: 06 jul. 2010.

MULATINHO, C. E. S. **Um estudo comparativo das grades curriculares e da percepção dos docentes dos cursos de graduação das universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, referentes ao programa mundial de estudos em contabilidade proposto pelo ISAR/Unctad/ ONU**. 2007. 235f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis (UnB/ UFPE/ UFRN/ UFPB), 2007.

OKIMURA, R. T.; SILVEIRA, A. D. M.; ROCHA, K. C. Efeitos da concentração de propriedade e controle no desempenho das empresas no mercado de capitais brasileiro. In: VII Semead – Seminários em administração da FEA-USP. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.

OTT, E.; PIRES, C. B. Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.6, n. 1, p. 28-45, 2010.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PELEIAS, I. R.; SANTOS, M. C. L. dos. **Conselho fiscal: responsabilidade com a sociedade e os investidores**. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, A. PAULO, E. Alfa de Cronbach. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Coord). **Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. 1 ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSELLA, M. H. et al. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: PELEIAS, I. R. (Org). **Didática do ensino superior de contabilidade: aplicável a outros cursos superiores**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSS, S. A. The economic theory of agency: the principal's problem. **The American Economic Review**, Nashville, v. 63, n. 2, p. 134-139, 1973.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ed. 11 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

RICCIO, E. L.; SAKATTA, M. C. G. Evidências da globalização na educação contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidade brasileiras e portuguesas. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 15, n. 35, p. 35-44, 2004.

SAITO, R.; SILVEIRA, A. D. M. Governança Corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p.79–86, 2008.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, Berkeley, v. 52, n. 2, p. 737–783, 1997.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança Corporativa, desempenho e valor nas empresas no Brasil. São Paulo**. 2002. 152f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2002.

SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B C.; FAMÁ, R. Estrutura de governança e valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43; n. 3, p. 50-64, 2003.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança Corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho da empresa**. 2004. 250 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2004.

SILVEIRA, A. D. M.; YOSHINAGA, C. E.; BORBA, P. R. F. Crítica à teoria dos Stakeholders como função objetivo da empresa. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, 2005.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança Corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SIMON, H. A. The Architecture of Complexity. **Proceedings of the American Philosophical Society**, Philadelphia v. 106, n. 6, p. 467-482, 1962.

_____. Organization and markets. **Journal of economic perspectives**, Nashville, v. 5, n. 2, p.789-810, 1991.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT . **Guideline for a global accounting curriculum and other qualification requirements**. 1998. Disponível em < <http://www.unctad.ch/en/docs/c2isard5.en.pdf> > acesso em: 03 maio. 2010.

_____. **Global Curriculum for the professional education of professional accountants**. 1999. Disponível em < <http://www.unctad.org/en/docs/c2isard6.en.pdf> > acesso em 23 de Junho de 2010.

_____. **Revised model accounting curriculum**. 2003. Disponível em<http://www.unctad.org/en/docs/c2isar21_en.pdf > acesso em: 30 dez. 2010.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 22, n. 2, p. 233-261, 1979.

_____. Corporate Finance and Corporate Governance. **The Journal of Finance**, Berkeley, v. 43, n. 3, p. 567-591, 1988.

_____. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative science quarterly**, Íthaca, v. 36, n. 2, p. 269-296, 1991.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação de agribusiness**. São Paulo. 1995. 241f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 1995.

APÊNDICE A – Email Convite **Universidade de São Paulo****Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto**

Caro Coordenador (a), o questionário a seguir foi desenvolvido junto ao programa de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da FEARP – USP e têm o objetivo de verificar se o conteúdo de Governança Corporativa ensinado nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil está aderente ao proposto pelo currículo da UNCTAD – ONU.

Assim, pedimos à gentileza que responda se for o caso ou encaminhe essa pesquisa ao responsável pelo ensino do conteúdo de **Governança Corporativa** do Curso de Ciências Contábeis dessa instituição de ensino, para que esse (a) responda as 13 questões (**Aproximadamente 2 minutos**), desde já asseguramos o sigilo das informações e agradecemos a sua participação.

Cordiais Saudações,

Angelo Davis

Mestrando em Controladoria e Contabilidade

angelodavis@fearp.usp.br

Prof. Dra. Adriana M. P. de Araújo

Chefe do departamento de Ciências Contábeis

Universidade de São Paulo

Link de acesso: <http://www.surveymonkey.com/s/ensinodacontabilidade>

APÊNDICE B – Instrumento de pesquisa – Parte 01

Mestrado em Controladoria e Contabilidade

1. O estudo do conteúdo de Governança Corporativa no ensino contábil no Brasil

O objetivo desse instrumento de pesquisa é coletar dados relativos ao tema de Governança Corporativa abordado no ensino contábil nacional, para verificar se existe relação entre o conteúdo lecionado no país e o currículo proposto pela Unctad - ONU.

Esse questionário é composto outras duas sessões que tratam respectivamente:

(II) Da caracterização do oferecimento desse conhecimento;

(III) E dos conteúdos curriculares abordados em relação à empresa, aos conflitos de agência e aos mecanismos de governança.

Os dados dessa pesquisa são confidenciais e só serão tratados de forma agrupada, sendo respeitado o sigilo em relação às respostas individuais de cada Instituição de Ensino Superior (IES) e esperamos retribuir o apoio com o envio do resultado da pesquisa.

Assim, segue o Termo de Consentimento:

1. Você concorda em participar deste estudo, de forma totalmente voluntária e sem qualquer reembolso financeiro?

☐

Sim

☐

Não

Instrumento de pesquisa – Parte 02**Mestrado em Controladoria e Contabilidade****2. Caracterização****2. Seu email:****3. Qual a sua maior titulação?**

Escolaridade Graduação Especialização Mestrado Doutorado Pós – Doutorado

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

4. Em qual região do país está sediada a Instituição de Ensino Superior na qual você leciona?

Regiões Norte Nordeste Centro – Oeste Sul Sudeste

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

5. Qual o período de oferecimento do curso de Ciências Contábeis?

Períodos Matutino Vespertino Noturno

☐ ☐ ☐

6. Você possui formação em Ciências Contábeis?

☐ Sim ☐ Não

7. Você possui publicação científica em Governança Corporativa?

☐ Sim ☐ Não

8. A instituição de ensino superior onde leciona é privada?

☐ Sim ☐ Não

9. A instituição participou do último ENADE?

☐ Sim ☐ Não

10. Esse curso de Ciências Contábeis já formou a primeira turma?

☐ Sim ☐ Não

Instrumento de pesquisa – Parte 03

Mestrado em Controladoria e Contabilidade

3. Itens de Governança Corporativa abordados na disciplina

Nas questões a seguir indique o grau de concordância em relação a ter abordado os conteúdos citados abaixo na disciplina que você ministrou (onde 1 significa menor concordância e 5 maior concordância).

11. Indique nas afirmações a baixo o grau de concordância em relação a ter lecionado os conteúdos de Governança Corporativa relativa à empresa:

	1	2	3	4	5
A função-objetivo da empresa e sua meta;	☐	☐	☐	☐	☐
A relação entre os gestores e os acionistas;	☐	☐	☐	☐	☐
A relação contratual entre a empresa e os envolvidos;	☐	☐	☐	☐	☐
O objetivo e a necessidade de informação dos envolvidos com a organização.	☐	☐	☐	☐	☐

12. Indique nas afirmações a baixo o grau de concordância em relação a ter lecionado os conteúdos de Governança Corporativa relativa ao conflito de Agência:

	5	4	3	2	1
A maximização da riqueza aos acionistas;	☐	☐	☐	☐	☐
A congruência de metas;	☐	☐	☐	☐	☐
As regulamentações locais;	☐	☐	☐	☐	☐
Os custos de agência.	☐	☐	☐	☐	☐

13. Indique nas afirmações a baixo o grau de concordância em relação a ter lecionado os conteúdos de Governança Corporativa relativa aos mecanismos de governança:

	1	2	3	4	5
O funcionamento do conselho de administração;	☐	☐	☐	☐	☐
A remuneração baseada em metas de longo prazo;	☐	☐	☐	☐	☐
A estrutura de propriedade das empresas;	☐	☐	☐	☐	☐
O mercado de trabalho como mecanismo de governança;	☐	☐	☐	☐	☐
O conselho fiscal nas empresas;	☐	☐	☐	☐	☐
O funcionamento do mercado de aquisição hostil;	☐	☐	☐	☐	☐
A evidenciação das Demonstrações Contábeis auditadas;	☐	☐	☐	☐	☐
A relação entre o desenvolvimento global e a Governança Corporativa.	☐	☐	☐	☐	☐

APÊNDICE C – Lista de IES abordadas

Nº	Região	Estado	Instituição
1	Norte	RO	Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná
2	Norte	AC	Faculdade Barão do Rio Branco
3	Norte	AM	Universidade do Tocantins
4	Norte	TO	Faculdade Serra do Carmo
5	Norte	PA	Faculdades de Estudos Avançados do Pará
6	Norte	PA	Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá
7	Norte	PA	Faculdade do Pará - Estácio
8	Norte	TO	Centro Universitário Unirg
9	Norte	PA	Universidade Católica Dom Bosco
10	Norte	RO	Faculdades Integradas de Ariquemes
11	Norte	AM	Escola Superior Batista do Amazonas
12	Norte	TO	Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo
13	Norte	TO	Faculdade Católica de Tocantins
14	Norte	TO	Universidade Federal do Tocantins
15	Nordeste	PI	Faculdade São Gabriel (Nova Unesc)
16	Nordeste	CE	Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza
17	Nordeste	CE	Faculdade Stella Maris
18	Nordeste	RN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
19	Nordeste	PB	Faculdade de Campina Grande
20	Nordeste	PI	Faculdade de Ciências Humanas e Jurídicas de Teresina
21	Nordeste	BA	Faculdade Rui Barbosa
22	Nordeste	SE	Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe
23	Nordeste	MA	Faculdade de Imperatriz
24	Nordeste	PI	Faculdade Santo Agostinho
25	Nordeste	RN	Universidade Potiguar
26	Nordeste	PE	Faculdade Joaquim Nabuco Recife
27	Nordeste	PB	Faculdade Paraíba
28	Nordeste	PE	Faculdade do Vale Ipojuca
29	Nordeste	BA	Faculdade Ciências Empresariais
30	Nordeste	MA	Faculdade do Vale do Itapecuru
31	Nordeste	MA	Universidade Federal do Maranhão
32	Nordeste	CE	Universidade Estadual do Ceará
33	Nordeste	BA	Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana
34	Nordeste	BA	Instituto de Ensino Superior Unyahna de Salvador
35	Nordeste	PE	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu
36	Nordeste	AL	Universidade Federal de Alagoas
37	Nordeste	MA	Faculdade de Balsas
38	Nordeste	BA	Centro Universitário Jorge Amado
39	Nordeste	PI	Universidade Estadual do Piauí
40	Nordeste	CE	Faculdade Fortaleza
41	Nordeste	BA	Faculdade do Sul da Bahia
42	Nordeste	BA	Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia
43	Nordeste	BA	Faculdade de Ciências Contábeis
44	Nordeste	BA	Universidade do Estado da Bahia
45	Nordeste	PB	Instituto Superior da Paraíba
46	Nordeste	BA	Faculdade Cidade do Salvador
47	Nordeste	BA	Faculdade Castro Alves

Quadro 10 – IES abordadas do Norte e Nordeste

Fonte: Elaborado pelo autor

Parte 02 – Lista de IES abordadas do Sudeste

Nº	Região	Estado	Instituição
1	Sudeste	MG	Faculdade de Divinópolis
2	Sudeste	MG	Faculdade SENAC Minas
3	Sudeste	MG	Universidade Federal de Minas Gerais
4	Sudeste	SP	Centro Universitário Fecap
5	Sudeste	SP	Centro Universitário SENAC
6	Sudeste	SP	Escola Superior de Administração de Empresas - Veris
7	Sudeste	SP	Faculdade das Américas
8	Sudeste	SP	Faculdade de Jaguariúna - Polis
9	Sudeste	SP	Faculdade Metropolitana de Campinas - Veris
10	Sudeste	SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
11	Sudeste	SP	Trevisan Escola Superior de Negócios
12	Sudeste	SP	Universidade de Mogi das Cruzes
13	Sudeste	SP	Universidade de Sorocaba
14	Sudeste	SP	Universidade Metodista de Piracicaba
15	Sudeste	SP	Universidade Metodista de São Paulo
16	Sudeste	SP	Universidade Santa Cecília
17	Sudeste	RJ	Centro Universitário Celso Lisboa
18	Sudeste	RJ	Faculdade de Economia e Finanças IBMEC
19	Sudeste	MG	Escola de Estudo Superior de Viçosa
20	Sudeste	SP	Instituto de Ensino Superior de Garça
21	Sudeste	MG	Faculdade Nova Serrana
22	Sudeste	AC	Instituto de Ensino Superior COC
23	Sudeste	PA	Universidade Cidade de São Paulo
24	Sudeste	SP	Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium
25	Sudeste	MG	Universidade Federal de São João Del Rey
26	Sudeste	SP	Faculdade Anhanguera de Jacareí
27	Sudeste	SP	Faculdade de Primavera
28	Sudeste	SP	Centro Universitário Eurípedes de Marília
29	Sudeste	RJ	Centro Universitário de Barra Mansa
30	Sudeste	SP	Faculdade Cruz Azul
31	Sudeste	SP	Faculdade Guarujá
32	Sudeste	RJ	Centro Universitário Geraldo Di Biase
33	Sudeste	SP	Faculdade da Fundação de Ensino da Mococa
34	Sudeste	RJ	Centro Universitário Moacir Sreder Bastos
35	Sudeste	RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
36	Sudeste	MG	Universidade Federal de Uberlândia
37	Sudeste	ES	Faculdade Capixaba de Nova Venâncio
38	Sudeste	MG	Faculdade Presidente Antonio Carlos de Ipatinga
39	Sudeste	MG	IES de Ciências H.e Sociais Aplicadas de Abaeté
40	Sudeste	MG	Centro Universitário de Pato de Minas
41	Sudeste	MG	Universidade do Vale do Sapucaí
42	Sudeste	SP	Faculdade Horizonte
43	Sudeste	MG	Faculdade Pitágoras de Betim
44	Sudeste	SP	Centro Universitário Padre Anchieta
45	Sudeste	SP	Faculdade Birigui
46	Sudeste	SP	Faculdade Anhanguera de Limeira
47	Sudeste	RJ	Universidade Gama Filho
48	Sudeste	SP	Faculdade de Americana
49	Sudeste	SP	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui

Quadro 11 – IES abordadas do Sudeste

Fonte: Elaborado pelo autor

Parte 03 – Lista de IES abordadas do Centro-Oeste e Sul

Nº	Região	Estado	Instituição
1	Centro-Oeste	GO	Faculdade Alves Faria
2	Centro-Oeste	DF	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
3	Centro-Oeste	DF	Universidade de Brasília
4	Centro-Oeste	MS	Centro Universitário do Distrito Federal
5	Centro-Oeste	MT	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
6	Centro-Oeste	MT	Universidade do Estado do Mato Grosso
7	Centro-Oeste	MT	Faculdades Integradas Mato-grossense de Ciências Humanas e Sociais
8	Centro-Oeste	MS	Faculdade Estácio de Sá
9	Centro-Oeste	GO	Faculdade de Ensino Superior de Catalão
10	Centro-Oeste	GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
11	Centro-Oeste	GO	Faculdade Nossa Senhora Aparecida
12	Centro-Oeste	MS	Universidade Federal Do Mato Grosso
13	Centro-Oeste	GO	Faculdade de Jussara
14	Centro-Oeste	DF	Faculdade Serrana de Ensino Superior
15	Centro-Oeste	DF	Faculdade Projeção
16	Centro-Oeste	GO	Universidade Federal de Goiás
17	Centro-Oeste	MT	Faculdade Cenecista de Rondonópolis
18	Centro-Oeste	MS	Centro Universitário do Grande Dourados
19	Centro-Oeste	DF	Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas Facitec
20	Sul	SC	Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina
21	Sul	SC	Universidade Regional de Blumenau
22	Sul	RS	Faculdade Cenecista de Osório
23	Sul	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
24	Sul	RS	Faculdade Inedi
25	Sul	SC	Instituto Blumenauense de Ensino Superior - Sociesc
26	Sul	SC	Centro Universitário Leonardo Da Vinci
27	Sul	PR	Universidade Paranaense
28	Sul	SC	Faculdade Bardal de Ciências Contábeis
29	Sul	RS	Universidade da Região da Campanha
30	Sul	PR	Faculdade Cidade Verde
31	Sul	PR	Faculdade Unissa de Sarandi
32	Sul	SC	Universidade do Sul de Santa Catarina
33	Sul	RS	Universidade de Passo Fundo
34	Sul	PR	Faculdade Educacional de Francisco Beltrão
35	Sul	SC	Centro Universitário Barriga Verde
36	Sul	SC	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina
37	Sul	PR	Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá
38	Sul	RS	Universidade de Caxias do Sul
39	Sul	SC	Universidade do Vale do Itajaí
40	Sul	SC	Faculdade Avantis
41	Sul	SC	Faculdade Borges de Mendonça
42	Sul	RS	Faculdade America Latina
43	Sul	PR	Faculdade Santa Amélia

Quadro 12 – IES abordadas do Centro-Oeste e do Sul

Fonte: Elaborado pelo autor